

EM TEMPO!

Quinzenário nacional • Ano VII • Nº 169 • De 7 a 20 de abril de 1983

MARX, CEM ANOS
DEPOIS

A atualidade da
revolução proletária



Manifestantes arrancam placa de rua na cidade. Em meio à espontaneidade, uma certeza: a culpa da situação é da ditadura militar.

A REVOLTA DA FOME



A fome falou mais forte que o medo: supermercado saqueado em Santo Amaro.

Arrocho, desemprego e fome — A ditadura e os patrões anunciam ainda mais exploração — O governo Montoro tenta enrolar o povo, mas logo deixa a máscara cair desencadeando violenta e indiscriminada repressão — Desesperados, sem liderança nem organização, milhares de desempregados explodem numa revolta social sem precedentes na vida urbana do país.

Os fatos e a análise dos dois dias que abalaram São Paulo.



Na hora da verdade, a "democracia participativa" do governo Montoro.

A revolta da fome

Os dois dias

Milhares de trabalhadores desempregados protestam pelas ruas contra a falta de trabalho. A não resposta às suas reivindicações, as ameaças dos patrões e do governo e a violência policial transformam a fome em desespero, levando a cidade a viver dois dias de explosão social.

Por Regis Moraes e Eduardo Cota

"A agitação não leva a nada de concreto". Com essas palavras, o "governador dos trabalhadores" comentava a manifestação dos desempregados da Zona Sul da capital, depois de lembrar, como por ocasião dos quebra-se de ônibus na mesma região, que estava insuficientemente informado... Os trabalhadores do Grajaú, quinze dias atrás, chegavam à conclusão que a agitação tinha, pelo contrário, dado alguns resultados.

A paisagem diária dos distritos de Santo Amaro, Capela Socorro, Parelheiros, não é das mais adequadas para pedir paciência. Centenas, às vezes milhares, de trabalhadores juntam-se na portas das fábricas à procura de um emprego. Colunas de desempregados há meses (até anos) perambulam pela Avenida Nações Unidas e pelas ruas centrais do bairro, confrontando o gigantismo capitalista das indústrias e dos bancos com a miséria de seus bolsos e de suas casas, em verdadeiras favelas de concreto nos bairros e vilas periféricas.

A explosão das massas

A segunda-feira, 4 de abril, precisou de muito pouco para explodir esse barril de pólvora. Centenas de operários postados diante da indústria Q-Refresco foram avisados que não seriam admitidos. A proposta da "marcha" rumo ao largo Treze de Maio, no centro de Santo Amaro, não precisou de ser colocada duas vezes. A eles se juntaram outras centenas de desempregados, e quando se chegou à praça já eram mais de mil. O saque ao caminhão de laranjas da prefeitura e aos supermercados, literalmente devastados, parecia lembrar a imagem das cidades nordestinas invadidas pelos flagelados da seca.

A polícia militar, desarmada, percebia que a multidão, afastada de um ponto, voltava a se aglutinar em outro. Pedras, camburões cercados e, mesmo obrigados a liberar presos, soldados amedrontados diante de uma massa cuja ira e desespero superava do medo, punha-se a defender uma propriedade e um sistema que gera miseráveis incessantemente. Há meses, um policial que vigiava a greve da metalúrgica Monark, a algumas quadras dali, comentava que aquele desemprego lhes iria "dar trabalho" mais tarde, pois quem não pode comprar, tem que roubar. Palavras proféticas, reforçadas pelo slogan dos operários da Burroughs Eletrônica, também em greve contra as dispensas: "Eu quero é trabalhar, senão eu vou roubar".

A repressão

O governador certamente faz força para duvidar do que vê. Ou passará a investigar quem são os "instigadores" da turba exaltada, para puni-los ou, quem sabe, para usá-los como freio.

Mas o desemprego gritava, na rua Herculan, em frente ao supermercado saqueado: "enquanto não quebrar tudo, eles não acreditam. Não adianta polícia, tem que criar serviço. Queremos emprego. Ou então, que o governo coloque um supermercado à disposição dos desempregados".

O grito de guerra identificava o grande patrão geral: "rouba, que o Figueiredo paga". Um verdadeiro motim urbano, que começava nas primeiras horas da manhã, se estendia até a noite, quando manifestantes cobravam a libertação dos 75 presos, diante da delegacia, que lhes respondia com tiros ao ar e ameaças de iniciativas mais duras.



A continuidade da manifestação, no dia 5 de abril, em toda a capital, acentua a tensão. A polícia do "governo democrático" cumpria a promessa de seu secretário da Segurança, logo após a posse: cacetes, tiros, gás lacrimogêneo.

Pau na massa!

Nesse dia, no Largo Treze de Maio, centro de Santo Amaro, comércio fechado, uma pequena multidão de mil pessoas sai, às 9 horas, em passeata rumo ao Palácio dos Bandeirantes, num cortejo aberto pela kombi do Sindicato dos Químicos, que, juntamente com outros sindicatos e parlamentares, procuram dar à manifestação um caráter reivindicativo que controle os confrontos e saques. Logo depois, o desfile é, engrossado por mais centenas e milhares de manifestantes, vindos de outros pontos da região. Na ponte do Morumbi, às 10:30, 4 mil manifestantes caminham entre palacetes e mansões do elegante bairro do palácio do governo. Ali, sindicalistas e parlamentares discutem a forma de levar as reivindicações a Montoro. Luiza

Erundina, Paulo Diniz, Paulo Frateschi, José Genoíno (todos do PT) e Walter Feldman, Aurélio Peres e Benedito Cintra, do PMDB. Estes últimos tentam, com o título de "intermediários" que lhes teria sido outorgado na véspera por Montoro, encaminhar uma comissão ao governador. A massa torce o nariz e se realiza, sob a direção do Sindicato Químico, uma espécie de assembleia, onde se resolve esperar "uma palavra do Montoro" aos manifestantes ali, na frente do palácio. Montoro manda recados de que sairá pelo outro lado. A massa corre prá lá. Montoro não sai. Chega a notícia de que iria, nesse momento, almoçar com os governadores Tancreto Neves (MG) e Leonel Brizola (R. Janeiro). Começa uma série de escaramuças entre manifestantes e a polícia, que desemboca em cercas derrubadas, corre-corre, tropa de choque, gás lacrimogêneo. A maioria dos manifestantes, decepcionada e revoltada, procura então voltar ao Largo Treze, tomando ônibus, a pé, ou em caronas. Ali, e no distrito policial, o governo do estado lhes daria a mensagem que reservara aos "provocadores", na linguagem do presidente do PMDB, Ulisses Guimarães.

Moratória da dívida operária

Criação de empregos!

O movimento sindical regional vai delineando uma plataforma que, segundo um sindicalista presente às reuniões da Pró-CUT em Santo Amaro no começo da semana, bem poderia ser "a pauta de reivindicações da greve geral".

Enquanto o governador Montoro faz uma vaga promessa de, a curto prazo, criar 40 mil empregos e de, mediante crédito às pequenas e médias empresas, estimulá-las à geração de novos postos de trabalho, dentro do movimento sindical, e entre os parlamentares comprometidos com as lutas populares, uma "plataforma" imprecisa vai se delineando como reivindicação do conjunto dos trabalhadores do país, plataforma que bem poderia ser, segundo um sindicalista presente às reuniões da Pró-CUT em Santo Amaro, a "pauta de reivindicações da greve geral" de todas as categorias. Algumas chegaram a ser levadas ao governador Montoro, num encontro desses dirigentes, 5 de abril, à tarde. A resposta do Montoro: não sei, não posso, o que sei é que amanhã tem pau, e fim de papo.

Algumas dessas reivindicações: que os desempregados sejam isentos de pagamento de taxas (luz, água, etc.) e impostos; que se estude ajuda alimentar e para pagamento dos alugueis, que se implementem rapidamente obras públicas de necessidade social, visando criar empregos. Que se utilize o peso econômico de S. Paulo para exigir do governo federal uma política de emprego e de salário-desemprego. Aliás, muitos trabalhadores não sabem que 20% do imposto sindical que lhes é arrancado vai para uma misteriosa conta de emprego e salários, do Ministério do Trabalho...

Greve e política

"Quando um patrão que acumulou milhões às custas do trabalho de várias gerações de operários não concede o mais modesto aumento de salários e inclusive tenta reduzi-los e, no caso dos operários resistirem, põe na rua milhares de famílias famintas, os operários vêem que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmos e em sua união. (...) os operários são tachados de delinquentes ao se colocarem de acordo. O operário começa a entender que as leis são ditadas em benefício exclusivo dos ricos, que

se tapa a boca do povo trabalhador e não se permite que ele exprima suas necessidades e que a classe operária deve necessariamente arrancar o direito de greve, o direito de participar de uma assembleia popular representativa encarregada de promulgar as leis e de velar por seu cumprimento". (Lênin, Sobre as Greves).

As reivindicações dos operários são simples: Pão, trabalho, liberdade. Se esse governo não quer, nem pode cumpri-las, é ele que deve desaparecer, não a classe trabalhadora.

que abalaram São Paulo

Montoro diexa cair a máscara: A "ordem" a qualquer preço!

O governo Montoro tem 20 dias de vida. Seu plano de governo, elaborado pelo sofisticado grupo da "Sorbone", vem sendo costurado há pelo menos 7 meses. Nenhum dos planos foi levado à opinião pública, nenhuma referência clara à "massa falida" que o governador diz ter recebido do governo anterior foi feita nos órgãos de comunicação de massa.

Foi preciso que São Paulo estourasse em "provocações anti-democráticas" para que o governador se desse ao luxo de ir à TV para falar de algumas dessas coisas, vagamente. O que não foi vago foi a afirmação de que se trata de um "governo da ordem". Mas, de que ordem?

Os empresários de ônibus escondem os veículos. O governador e seu secretariado os tratam com luvas de pelica. Os operários dão a resposta aos empresários. O secretário da Segurança lhes envia cacetetes. Um governo coerente com sua opção de classe... a qualquer preço.



Santo Amaro A maior região proletária da cidade

O Estado de São Paulo, agora sob um governo do PMDB, representa 35,6% da formação do Produto Interno Bruto; arrecada 40% do Imposto de Circulação de Mercadorias, 36% dos impostos federais. Concentra perto de 50% da mão-de-obra industrial.

A Região da Grande São Paulo concentra um terço dos operários industriais do país e é, hoje, a segunda ou terceira concentração industrial do mundo.

A zona sul da capital, genericamente chamada de Santo Amaro, compreende uma série de bairros operários, constituindo a

maior região proletária da cidade (cerca de 3 milhões). Mais de 100 mil desempregados foram sendo gerados nesta panela de pressão, nos últimos meses. Metalúrgicos, químicos, têxteis, pedreiros, deram ao PT, nesta região, perto de 30% dos votos válidos, nas últimas eleições. Três grandes sindicatos (metalúrgicos, químicos, bancários) tem subdesdes muito frequentadas nessa zona e foi aí que a Oposição Sindical Metalúrgica (encabeçada por Waldemar Rossi e apoiada pelo PT) e a Oposição Química (atual direção da entidade) tiveram enorme votação.

Editorial

Os impasses da espontaneidade

Um quadro de acontecimentos que se precipitam desde há alguns meses já fazia o governador mineiro Tancredo Neves, termômetro da sensibilidade burguesa diante da crise, afirmar que o país estava à beira de convulsões sociais.

O EM TEMPO indicava esses dados há mais de um mês. E eles não fizeram mais que se agravar. O desemprego já não é fantasma. É realidade para milhões de assalariados. Há categorias tradicionalmente organizadas e estáveis que chegaram à porta do desespero.

As negociações entre os metalúrgicos paulistas e a Fiesp somam a esse quadro a mobilização do setor mais avançado do sindicalismo brasileiro. S. Bernardo volta a realizar assembléias massivas, de 10 a 20 mil trabalhadores. Os 6 mil operários da Ford e da Volks, em Taubaté, paralisam o trabalho por um dia, em protesto contra as propostas dos patrões.

As manifestações contra o decreto do maxi-arrocho (2012) e contra o desemprego, no Dia Nacional de Luta (22/3), conseguiram adesão maior do que os últimos protestos, além de serem realizadas, simultânea e coordenadamente, em vários pontos do país. E até os setores mais moderados e conservadores do sindicalismo são levados a aceitar a proposta da greve geral, exceção feita a José Francisco, presidente da Contag, que a considera "precipitada, avançada demais".

Mas o quadro dos acontecimentos mostra também a enorme distância entre os sindicatos e as intersindicais, de um lado, e as manifestações de desespero e de luta espontânea dos operários. Afinal, não se pode deixar de considerar que, enquanto perto de 5 mil pessoas se concentravam num ato convocado pela Pró-CUT no 22/3, em Santo Amaro, as manifestações, passeatas e saques mobilizaram perto de 4 mil pessoas sem convocatórias, a não ser a do próprio estômago.

O empurrão da crise não foi suficiente ainda para mudar de forma profunda e rápida a burocracia sindical. E o movimento não criou formas organizativas e lideranças suficientemente implantadas para um salto de qualidade. Essa diferença entre combatividade, radicalização, de um lado, e consciência, organização, politização, de outro, é importante para que não se subestime e deixe em segundo plano a importância do papel do elemento consciente, organizado. Para o PT, assim como para os sindicatos e a Pró-CUT, cada vez mais se colocará uma questão: será que é massa que está "atrasada", como costumam dizer os pelegos e até o presidente da Contag? Ou não será mais correto afirmar que as chamadas lideranças estão atrasadas com relação às necessidades da luta de classes, que evoluem em bola de neve?

PALAVRAS...

Sobre a revolta da fome

• "Que provocações dessa natureza não continuem" (...) Manifestações violentas e desordem generalizada prejudicam o País, o Estado e os próprios trabalhadores" (Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB).

• "A ordem será mantida. A ordem será mantida. (...) um plano concertado de pequenos grupos com objetivo de tumultuar a reorganização democrática" (André Franco Montoro).

• "Extremistas que apostam no caos e querem prejudicar a continuidade da abertura política" (militares, em declarações ao jornal (O Estado de S. Paulo).

• "Do rio que tudo arrasta, se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem" (Brecht, teatrólogo alemão, há cerca de 50 anos atrás).

• "O virador deste mundo, astuto, mau o ladrão, foi virado pelo mundo, que virou com precisão. Ainda viro este mundo, em festa, trabalho e pão" (Gilberto Gil).



O ardil da sucessão

O governo e as oposições burguesas ensaiam os passos para a valsa da conciliação. Na mesa de negociações, a transição da ditadura militar para um regime fortemente restringido e controlado.

Por Juarez Guimarães

Há dois anos do encerramento do mandato do general Figueiredo, o problema da sua sucessão já domina inteiramente o cenário político do país. A onda de denúncias de escândalos teve por alvo coincidentemente prováveis candidatos e personalidades com papel destacado no encaminhamento da sucessão: o caso Baumgarten/Capemi atingiu em cheio as pretensões do general Medeiros, chefe do SNI; o caso Delfim/BNH causou sérias avarias à candidatura do coronel Andrezza, ministro do Interior; o caso da escuta no escritório de Figueiredo pretendia atingir a figura do general Ludwig, um dos principais articuladores da sucessão.

Enquanto nos bastidores do PDS, a luta por pontos na convenção que indicará o candidato oficial à sucessão ganha vida com Maluf à frente, dentro do PMDB se conformam blocos e projetos políticos alternativos. Em meio a tudo isso, o general Figueiredo e seus assessores procuram conter a corrida sucessória, adiar encaminhamentos e ganhar tempo.

Mas é um esforço em vão porque o fato do debate sobre a sucessão de Figueiredo estar colocado no centro da conjuntura política não depende da vontade do governo. Antes, é a expressão maior da profundidade da crise do regime, da incapacidade do governo de adotar uma política coerente diante da crise econômica,



do desgaste da ditadura que fez com que, apesar de toda corrupção, o PDS fosse derrotado em quase todos os estados mais populosos e ricos do país.

Negociação

Os sinais de que o governo Figueiredo pretende abrir uma ponte de negociação da sua sucessão com as oposições burguesas são mais do que evidentes. "A negociação sempre houve. Apenas em alguns casos os partidos de oposição se negavam à negociação porque sabiam que não

tinham força para influir na decisão final. Agora eles sabem que têm esta força e então vão querer negociar", afirmou em entrevista logo no início Figueiredo. Foi também neste sentido o veemente discurso do general propondo a trégua política entre governo e oposições.

"Neste particular, estou inteiramente de acordo com o governador Tancredo Neves", afirmou, por sua vez, o vice-presidente Aureliano Chaves em relação à proposta da escolha de um candidato por consenso entre governos e oposições.

À propalada intenção de negociar a sucessão tem correspondido algumas iniciativas. Várias figuras de acesso a Figueiredo vieram a público informar que o general quer escolher um civil para sucedê-lo. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica fizeram declarações bem claras a este respeito. Figueiredo manifestou também a disposição de discutir a Constituição, enquanto o Senado aprovou uma comissão inter-partidária para rever a Lei de Segurança Nacional.

A fórmula candidato civil na presidência e promessa de eleições diretas em 1991, disposição para rediscutir a constituição e a Lei de Segurança Nacional parece desenhar um primeiro balão de ensaio, patamar para a negociação. E corresponde a um projeto de estrito controle sobre o processo de transição de uma ditadura militar para uma democracia liberal fortemente restringida e controlada.

Pois se o candidato civil teria que passar pelo aval das Forças Armadas, a volta dos militares aos quartéis teria um conteúdo "simbólico" como formulou o general Ari Pires, comandante do II Exército, quando da passagem dos dezesseis anos de ditadura militar: "se o povo desejar a nossa ação, ela não se fará por esperar". Da mesma forma, as modifica-

ções na Constituição e na Lei de Segurança Nacional seriam parciais e limitadas. Como declarou o chefe do Estado-Maior das forças Armadas recentemente, "a Lei de Segurança Nacional é passível de aperfeiçoamento mas não deve ser extinta porque é uma salva-guarda do regime democrático".

Construindo a ponte

Embora o tom moderado tenha regido o discurso e os atos dos governadores oposicionistas eleitos, coube a Tancredo Neves expressar de maneira mais clara e mais coordenada a necessidade da conciliação. "Façamos as reformas políticas necessárias antes que o povo as faça fora do nosso controle e contra nós", afirmou em seu discurso de despedida do Senado em uma fórmula que repete o dito conservador. E, demonstrando a mesma confiança na força da conciliação: "A grande negociação sobre a ordem institucional demanda tempo mas virá. O governo tem que ceder em sua auto-suficiência arrogante e inflexível e as oposições tem que conter o radicalismo".

Foi assim que Tancredo afirmou reiteradamente a fórmula de um candidato do consenso entre oposições e governo, promoveu uma visita cordial ao candidato Aureliano e anuncia uma visita ao general Figueiredo.

As movimentações descaradamente conciliadoras de Tancredo têm sido alvo de críticas de alguns setores do PMDB que propõem em troca, a dinamização de uma campanha pelas eleições diretas. Mas, mesmo na Câmara Federal, a bancada peemedebista seguidamente pesado para o lado da conciliação: foi assim quando da negativa oficial do partido em endossar a iniciativa do PT para a convocação de uma CPI sobre o SNI e na composição com o PDS para a mesa da Câmara.

O PT e a união nacional

Sob o risco de ter a sua proposta partidária diluída ou isolada, o PT tem de responder com uma alternativa clara à crise do regime e à sucessão de Figueiredo.

"A crise de hoje é mais grave do que a de 1954. Em 1954 havia uma crise do governo e não do regime. Havia abalos na ordem econômica. Mas não tínhamos o que temos hoje, um quadro internacional tão carregado de apreensões e nem a interferência com a intensidade de hoje do fator ideológico".

O raciocínio comparativo é de Tancredo e revela a aguda percepção do burguês interessado em preservar o máximo possível a estabilidade e o funcionamento das instituições e da economia capitalistas. A tese da união nacional apoia-se assim no mais elementar instinto conservador da ordem.

Significa igualmente o empenho na busca da unidade das forças da burguesia para implementar uma reforma de suas instituições e medidas para enfrentar a crise profunda que abate o capitalismo brasileiro. Representa também um esforço combinado para isolar as lideranças mais combativas dos trabalhadores, no plano político e no plano sindical, única forma de dar legitimidade, eficácia ao acordo burguês, à proposta de união nacional.

Assim, a tese da união nacional terá necessariamente que caminhar com duas pernas: o encontro de uma fórmula e de uma proposta política que viabilize um acordo sobre a sucessão de Figueiredo e

da transição do regime; o estabelecimento de um pacto social que signifique o enquadramento das reivindicações dos trabalhadores em determinados limites e a promoção de lideranças moderadas.

No primeiro caso, trata-se de um acordo inter-partidário e as iniciativas expostas na página ao lado dão conta dos esforços nesta direção. No segundo caso, exige-se uma trégua do movimento sindical. E não tem outro sentido as iniciativas dos governos das oposições burguesas de indicarem secretários do Trabalho progressistas, com acesso mais fácil ao movimento sindical e também da formação de uma chapa de oposição à atual direção da CNTI, capitaneada pelo pelego Joaquim dos Santos Andrade, com o fim de desestabilizar o processo de construção de uma central única combativa.

O PT e a união nacional

O PT é hoje o único partido legal que tem uma postura clara de recusar a proposta de união nacional. Essa postura não é senão desdobraimento, expressão de sua posição de independência de classe, de um partido que expressa os interesses dos trabalhadores. E é evidente que o PT será pressionado para aderir de alguma forma a algum acordo nacional

ou mesmo para ser neutralizado, isolado.

Seja porque existe uma pressão que deverá aumentar para que sua proposta partidária seja diluída (por exemplo, pelo apoio a algum candidato das oposições burguesas) ou isolada, seja porque o tema da sucessão presidencial apresenta-se como o elemento mais importante da conjuntura política do país, o PT está chamado a apresentar a sua proposta alternativa àquela da união nacional. Esta questão deverá ser, sem dúvida, um dos temas fundamentais da convenção nacional do partido.

O PT e a luta pela democracia

Diante de setores das oposições burguesas que aderem à tese da união nacional, frente a outros que adotam uma postura hesitante, o PT tem de assumir a dianteira da luta pela democracia.

Há em primeiro lugar, a necessidade do partido demarcar o seu próprio campo através de um programa que espelhe as soluções propostas pelo partido já configuradas na Plataforma Nacional aprovada para as eleições de 82. Elas têm o significado de expressar as mudanças exigidas pelos trabalhadores e pelo povo oprimido. Possivelmente haverá a necessidade para o partido de defender um candidato seu à Presidência da Repú-

blica mesmo que tenha um sentido simbólico, mesmo que as eleições sejam indiretas. E se organizar para levar para as ruas estas propostas.

Há em segundo lugar, a bandeira da realização de eleições diretas para a Presidência da República. Esta é uma bandeira democrática parcial e limitada mas que pode cumprir um papel importante diante das aspirações de milhões de brasileiros de eleger o próximo presidente do país. Pode ser importante também para estabelecer ações comuns com setores mais combativos dos partidos burgueses.

Há em terceiro lugar, a bandeira da convocação de uma Assembléia Constituinte, precedida da derrubada da ditadura militar e convocada por um governo provisório representativo das forças que a derrubaram. Ela é uma bandeira de agitação importante que responde à necessidade de um questionamento global à ordem política dominante, à necessidade de criação de novas leis e novas formas de organização do poder.

Por último, a importância do PT ligar esta intervenção política aos processos de mobilização sindical, principalmente ao movimento pela construção de uma central única dos trabalhadores e a realização de uma greve geral. (JG)

Rio: "Por um PT dirigente das lutas dos trabalhadores"

Com este título um grupo de petistas do Rio de Janeiro acaba de lançar um documento de avaliação e propostas para o debate que culminará na próxima pré-convenção regional do partido a se realizar ainda em abril. Aqui um apanhado da estrutura do texto e de suas passagens principais. Assinam o documento, entre outros, José Emídio (presidente do Diretório de Volta Redonda), Rosalice Fernandes (do Diretório Regional), Edson Santana (vereador em Volta Redonda), Benedito Dimas (presidente do Diretório de Barra Mansa), Joaquim Soriano (da Executiva Regional), Sérgio Moura (do Diretório Regional) e Carlos Henrique (do núcleo dos economistas).

O surgimento do PT representou um acontecimento de fundamental importância para os trabalhadores brasileiros: pela primeira vez, na história do país, organizou-se um partido político independente das classes dominantes, do populismo e do reformismo de esquerda.

Para nós, o PT deve ser um instrumento que permita à classe operária e às massas oprimidas organizarem-se e tornarem-se portadoras de uma alternativa capaz de evitar que a ditadura militar seja apenas substituída por outra forma mais "democrática" de sustentação da exploração, como pretende a oposição burguesa.

Mas se o movimento de massas é e deve permanecer autônomo, ele só pode ser plenamente consequente com seus objetivos se conseguir articular uma proposta global de transformação social, que não surge espontaneamente. É o Partido, a organização da parcela mais avançada do movimento operário e popular, que deve sintetizar e difundir as experiências nacionais e internacionais, históricas e contemporâneas, de luta dos trabalhadores. Cumprir um papel não apenas passivo, de mero canal de expressão institucional, mas, principalmente, um papel ativo, de animador, impulsionador e orientador do movimento. O Partido deve se propor a ser a **direção** do movimento, um autêntico Partido dos Trabalhadores.

I — BALANÇO DA CAMPANHA ELEITORAL DO PT

1.1. Uma nova fase abre-se para o PT após as eleições. Sua derrota eleitoral nos obriga a uma reflexão profunda. O PT não conseguiu, no processo eleitoral, ampliar sua influência de massa e convertê-la em votos, tal como indicavam suas potencialidades iniciais.

1.2. O PT, que nasceu das mobilizações operárias de 78/80, dependia em muito, para o seu posterior crescimento, de sua capacidade de ligar-se **crescientemente** com o movimento operário e popular. Contudo, a construção do PT se deu, basicamente, em torno dele mesmo — a campanha de legalização, segundo as normas da ditadura — e num momento de certo refluxo das lutas sindicais.

É assim que o PT chega para a sua primeira campanha política nacional — a campanha eleitoral — a ser disputada em terreno completamente adverso: as eleições controladas pelo regime militar, as eleições do dinheiro e da corrupção, as eleições da pregação do "voto útil" por parte da oposição liberal.

1.3. Entretanto, os resultados por nós alcançados não se deveram exclusivamente a estas condições adversas. Muito de nosso baixo rendimento deveu-se a limitações do próprio partido.

Viciado numa prática internista e auto-propagandista, o PT mostrou claramente, no período eleitoral, sua principal debilidade: um partido que recolheu para si o melhor das lutas dos trabalhadores dos últimos anos mas que, todavia, não desenvolveu estas experiências para o



movimento na forma de políticas concretas e através de uma intervenção unificada.

II — A CONJUNTURA PÓS-ELEITORAL

2.1. A derrota eleitoral da ditadura não significou, nem poderia significar por si só, o fim do regime militar e a conquista da democracia. Uma nova situação se abre, contudo, neste período pós-eleitoral, no qual o PT poderá e necessitará se afirmar como uma força política realmente de oposição à ditadura.

2.2. A derrota eleitoral da ditadura não se transformou em derrota política. Por um lado, as oposições canalizaram a maioria dos votos mas, devido às regras eleitorais autoritárias, o PDS garantiu a maioria do Congresso Nacional e do colégio eleitoral que elegerá o próximo presidente.

Por outro, a oposição burguesa, através da qual, fundamentalmente, o protesto da maioria da população se expressou, irá agora tentar canalizar este descontentamento para a conciliação com o regime e não no rumo de sua supressão. A oposição burguesa é pouco a pouco cooptada pelo projeto de transição do regime, que visa conter o movimento de massas e criar canais institucionais para conciliar as divergências inter-burguesas; tudo isso, claro, sob a vigilância do aparelho repressivo-militar, que permanece intacto e pronto para agir contra os trabalhadores.

III — A PARTIR DA PLATAFORMA NACIONAL, DESENVOLVER UMA TÁTICA DE COMBATE À DITADURA

3.1. As palavras de ordem TRABALHO, TERRA E LIBERDADE traduzem corretamente a ligação direta entre as lutas por melhoria e transformação de vida e a luta pelo fim da ditadura e pelo poder dos trabalhadores.

3.2. A crise econômica torna mais clara esta ligação. Não se pode combater e obter vitórias, nem mesmo pela manutenção das pequenas conquistas econômicas já obtidas até agora, se não tivermos em conta que todo avanço neste sentido significa também um golpe na ditadura e que sem o seu completo desmantelamento nenhuma conquista será duradoura.

3.3. O combate à política de austeridade econômica é inseparável do combate direto à própria ditadura. E, longe de ser reduzida

às lutas parlamentares-institucionais, a luta política contra a ditadura encontra eco no movimento de massas, que sofre opressão ditatorial em todas as suas manifestações. Isto não quer dizer que desvalorizemos a atuação de nossos parlamentares. Trata-se, no entanto, de se utilizar adequadamente estes espaços conquistados.

3.4. Mesmo que a luta antiditatorial não tenha sido assumida claramente, ainda, pelo movimento operário e popular, a função de um partido político dos trabalhadores é a de contribuir para que isto se concretize. A agitação pelo fim da ditadura militar permanece na ordem do dia e se vincula e concretiza em **campanhas e lutas imediatas**:

- pela liberdade sindical e direito de greve — contra qualquer repressão aos movimentos grevistas;
- pelo fim da LSN. Libertação dos padres, posseiros e jornalistas presos;
- pela dissolução de todos os órgãos de repressão política;
- por eleições diretas em todos os níveis.

IV — A LUTA RADICAL CONTRA A DITADURA SE EXPRESSA, HOJE, NA BANDEIRA DA CONSTITUINTE

4.1. As eleições demonstraram — pela votação obtida pelo PT e pelos setores mais combativos do PMDB e do PDT — que estamos distante, ainda, de uma correlação de forças que coloque na ordem do dia, como **tarefa imediata**, a transformação do Estado. Mas é fundamental que acumulemos forças, não apenas em lutas imediatas e cotidianas, como, também, politizando suas reivindicações e, assim, contribuindo para que as massas compreendam que a solução de seus problemas passa pelo poder do Estado.

Por outro lado, é fundamental que os trabalhadores e o PT se coloquem frente aos demais setores sociais como os mais resolutos defensores da democracia e os únicos capazes de levar até o fim esta luta, evidenciando para as massas os limites da oposição burguesa. Só assim conseguiremos ganhar todos aqueles setores que são contra o regime mas que continuam a ver os liberais como os seus porta-vozes.

4.2. Que bandeira centraliza, hoje, o conjunto das lutas parciais contra a ditadura, exige seu fim e permite aos

trabalhadores e ao PT tornarem-se a vanguarda da luta pela democracia? A defesa do poder dos trabalhadores, que é necessariamente ligada a esta luta, não resolve a questão levantada, pois trata-se de uma bandeira de propaganda que indica o tipo de governo que queremos uma vez derrubada a ditadura.

A luta antiditatorial radical se expressa, hoje, na luta pelas liberdades democráticas em toda a sua extensão, culminando na bandeira da Constituinte. Esta bandeira radicaliza e supera politicamente as lutas democráticas parciais, como, por exemplo, a luta por liberdade sindical ou por eleições diretas para presidente, deixando bem claro que não se trata de emendas no regime militar mas de sua completa derrocada.

V — FRENTE AO DESEMPREGO, AO SUPER-ARROCHO E À CRISE ECONÔMICA, AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DA CUT E VINCULAR AS LUTAS IMEDIATAS A UMA SAÍDA ANTI-IMPERIALISTA E SOCIALISTA

5.1. A plataforma nacional do PT é composta por um conjunto de bandeiras do movimento dos trabalhadores e aponta a perspectiva socialista. Contudo, o mergulho do país na crise econômica internacional do capitalismo coloca a necessidade, para os trabalhadores, de serem travadas lutas imediatas e que, portanto, passam também a exigir destaque em nossa plataforma. A resistência dos trabalhadores à investida da ditadura, do imperialismo e dos patrões representa, hoje, **a luta mais decisiva** para o futuro próximo do movimento operário e popular no país.

VI — A SITUAÇÃO ESTADUAL

6.1. A atuação do PT no RJ deve se pautar por suas definições nacionais. Estas se concretizam tendo em conta não só as particularidades dos movimentos sociais do Estado como, também, a nova realidade política aberta com a vitória de Brizola. Se isto é correto, por um lado, não se trata, contudo, de pensar numa plataforma regional como um problema à parte das lutas nacionais dos trabalhadores.

6.7. A posição do PT para com um governo com tais características só pode ser de oposição, sem qualquer ambiguidade. Um governo que não adota um posicionamento claro pelo fim da ditadura, que se compromete com interesses patronais e que é sustentado por um partido populista só pode merecer a oposição de um partido que luta abertamente contra o regime militar e a exploração. É uma oposição que se fundamenta na defesa de um projeto político dos trabalhadores, independente da burguesia, e na defesa das lutas do movimento operário e popular sem conciliação com os interesses patronais. Mais ainda, é uma oposição que se fundamenta, também, na continuidade da luta pela superação da política populista-reformista, largamente praticada no Brasil, de atrelamento dos trabalhadores a direções burguesas.

VII — RECONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS

7.1. Nossa preocupação central é construir o PT para a luta de classes como partido político dirigente do movimento operário e popular. Isto requer uma estrutura orgânica capaz de levar à prática as políticas do Partido.

(Segue-se propostas sobre o funcionamento dos núcleos, diretórios zonais e municipais, comissões inter-zonais e inter-municipais, diretório regional, conselho de coordenação regional, relação com os parlamentares eleitos, a própria atuação parlamentar, a formação política, imprensa, trabalho sindical e de movimentos populares - NR).

Minas Gerais:

PT procura definir rumos

Um apanhado dos debates e das correntes de opinião que começam a se formar no PT mineiro a respeito dos rumos que o partido deve tomar na nova conjuntura pós-eleitoral.

Por antonio Nahas Junior

Passado o vendaval eleitoral, o PT em Minas lentamente procura redirecionar seus caminhos. Compelido pela legislação eleitoral, o partido se construiu nas Gerais a custa da formação de diretórios em um grande número de cidades, havendo ou não nestes locais, base política, movimento de massas.

O processo eleitoral desestruturou bastante esta armação legal, colocando a nu a pouca inserção social do partido, a pequena organização existente para a intervenção no movimento de massas. Hoje, o PT em Minas se resume a ativistas que orbitam em torno da sede do PT, à bancada parlamentar, aos vereadores do interior e a alguns diretórios que conseguiram sair com saldos das eleições.

É em razão desta realidade que grande número de militantes petistas indaga hoje para onde ir. E é também em cima deste impasse que vão se gestando correntes de opinião no seio do PT.

As correntes

A primeira destas correntes organiza-se a partir do gabinete da Liderança do PT na Assembléia Legislativa. O único deputado estadual do PT — João Batista dos Mares Guia — fez do seu gabinete (composto de 8 funcionários da Assembléia, 4 assessores escolhidos pelo próprio deputado, 2 choferes e um carro, com quota ilimitada de gasolina) um verdadeiro centro irradiador de sua visão política para todo o partido.

Esta corrente de opinião — embora não seja totalmente homogênea, nem tenha distribuído textos que sintetizem seu pensamento, possui alguns pontos comuns claramente identificáveis.

— pelo fim da pequenez e do isolamento do PT. Construção de um partido de massas amplo, que atue sobre as questões concretas;

— fim do ideologismo e da abstração

programática que sempre marcou o PT. Desenvolvimento e detalhamento do programa do partido, principalmente em cima de questões que sejam do interesse imediato dos trabalhadores.

— isolamento total ou submissão absoluta das tendências de esquerda dentro do PT, vistas maniqueisticamente como fonte de todo o mal: articulações sediciosas, manipulação, estreitamento político, ideologismo;

— autonomia para os parlamentares. Ressalvando a contribuição financeira, o parlamentar e a direção devem procurar ter uma relação de entendimento. Caso esta não seja possível, que cada uma faça o que quiser;

— maior prudência no trato com as oposições burguesas. Sempre aguardar. Nunca criticar à priori.

— Por um partido bem organizado: venda de jornais; máquina administrativa azeitada.

A outra corrente nasce como uma reação à força que veio ganhando a corrente acima citada e em reação ao vazio de direção que se estabeleceu no partido. Também não é homogênea, sendo composta pela maioria dos membros da Executiva Estadual (inclusive o presidente), algumas tendências políticas (entre as quais a chamada "Centelha") e muitos militantes do PT preocupados com os rumos que o partido vem ganhando nos últimos tempos.

Esta corrente distribuiu recentemente um documento que em termos gerais, possui os seguintes pontos unificadores: — resgate das idéias básicas geradoras do PT: um partido operário, socialista, voltado para a transformação social, e que não se presta às maquinações da política burguesa;

— combate sistemático à oposição liberal burguesa, à conciliação acenada cada vez mais fortemente pelo governo Tancreto juntamente com a oposição ao regime militar;

— prática parlamentar subordinada aos planos de atuação do partido como um todo; subordinação política dos parlamentares à Executiva do PT; controle pelo partido da máquina parlamentar;

— incentivo à democracia interna do partido e à nucleação;

— por um PT de intervenção: é dada ênfase à necessidade do partido intervir decididamente nas lutas sociais, em particular nos assuntos ligados diretamente ao cotidiano das lutas operárias.

A Pré-Convenção

O debate político do PT apenas se inicia. No início do próximo mês, será realizada uma pré-convenção, onde este debate deverá fluir para todo o partido. A partir daí, amadurecerão as idéias mais concretas de organização e planos de ação para o PT, bem como o método de formação do próximo diretório e da próxima Executiva.

Mas, algumas coisas já estão muito claras. Apesar de ainda estarmos no início da legislatura, a atuação dos parlamentares petistas, em particular do deputado estadual do PT, já surpreende. Tanto pelo seu dinamismo quanto pelo seu conteúdo. Através da Assembléia Legislativa, o PT faz-se presente em eventos importantes da conjuntura, seja in loco, seja através da imprensa. Só que, via de regra, a presença e opinião do partido não são coletivas, não são fruto de uma atuação conjunta da bancada do partido com a Executiva. É, na maioria dos casos, uma atuação individual, uma opinião também individual, que não deixa margem para que o partido atue nos movimentos sociais como um organizador político, nem que a opinião emitida represente efetivamente o que se pensa dentro do PT.

Mas, há um outro problema mais grave. Muitos militantes do PT estão surpreendidos com o conteúdo da atuação parlamentar.

Tivemos, a esse respeito, uma experiência muito desagradável no dia 22 de março. A Pró-CUT estadual, resolveu levar ao governo de Minas o abaixo-assinado contra o decreto-Lei 2012, com o objetivo de, através dele, pressionar o Congresso Nacional. Convocou-se uma manifestação, e lá esteve presente uma Comissão de Deputados, representando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, encabeçada pelo deputado do PT. No momento de dirigir-se ao público em nome da Assembléia, o deputado petista ressaltou a presença da Assembléia Legislativa neste evento (frisado como o mais importante fato que estava acontecendo neste dia) e realçou a importância da Comissão Pró-CUT estar sendo recebida pelo governador Tancreto Neves. Foi afirmado que a audiência concedida por Tancreto aos sindicalistas era uma demonstração clara que a "hora da virada lema do PMDB na campanha estava se concretizando". Além de ir ao evento representando e valorizando um órgão de discussão valor e representatividade, a saudação ao governador Tancreto Neves deve realmente ter alegrado muitas mentes peemedebistas.

Fatos como estes só fazem realçar a questão de fundo. Tudo parece indicar que o "partido amplo, de massas, democrático, sem a 'esquerda', que atue sobre os problemas concretos", proposto pela ala parlamentar não seja mais do que o fruto desta reflexão. Ou seja: o caminho de construção de um partido operário, um partido de confronto com o estado burguês, ser redirecionado para a construção de um partido, ou ala de um outro partido, voltado para negociação, para a intermediação entre a grande e desvalida massa de trabalhadores e este mesmo estado.

Temos assim esboçado em Minas um debate entre os rumos originais do PT — um partido de combate — e as outras correntes surgidas da experiência concreta do nosso partido.

SINDICAL

Goiás realiza III Enclat

Realizou-se entre 18 e 20 de março passado o III.º Enclat de Goiás em meio ao aguçamento da crise econômica e a posse do novo governo peemedebista no estado anunciando demissão de 20 mil servidores públicos.

Por seu lado, a situação do movimento sindical goiano também era complexa. Na plenária de novembro do ano passado quando foram escolhidos os membros do estado na atual Comissão Nacional Pró-CUT houve problemas e uma parte dos sindicalistas presentes se retirou do plenário (ligados à FETAEG e ao jornal **Tribuna da Luta Operária**). Na reunião da Pró-CUT que houve dias depois ficou acertado um novo Enclat em março de 83 para a solução do problema.

No entanto aqueles sindicalistas que

havam se retirado compuseram uma comissão intersindical e passaram a discutir com a Comissão Estadual Pró-CUT o adiamento do III.º Enclat. Alegavam o mês de março ser de plantio e colheita, visando jogar o congresso regional para junho quando então já teriam conseguido apoio do governo peemedebista e de sua máquina para influir na disputa de posições.

Mas suas propostas foram esvaziadas pela grande mobilização preparatória deste Enclat. Houve 9 reuniões prévias por região e o Encontro acabou se realizando com a participação de mais de 400 delegados (100 a mais que no ano passado). Dos setores ligados à FETAEG apenas dois sindicalistas participaram do Enclat, sendo que em várias áreas assembleias convocadas por oposições sindicais

à revelia das diretorias foram a única forma de retirar democraticamente delegados para o Encontro.

As principais lutas definidas pelo Encontro estão na Reforma Agrária e na questão do desemprego e da política de arrocho do regime. Um avanço importante é o aprofundamento das bandeiras gerais definindo-se atividades concretas como a ocupação imediata das terras ociosas (públicas ou privadas), formação de comitês de luta contra o desemprego, formação de oposições sindicais etc.

Com relação à construção da CUT, foi definida uma plenária para agosto quando então serão aprovadas pelos delegados as propostas à Conclat. Ao mesmo tempo se avaliou que a criação de uma CUT deve estar subordinada ao grau de avanço do movimento, o qual ainda não

permite sua criação sem que esta seja apenas um aparelho nas mãos dos reformistas.

Finalmente foi eleita uma Comissão Estadual Pró-CUT em chapa única. Apoiadores da **Tribuna Operária** ficaram de fora por exigirem 5 membros na comissão de 15, quando se lhes oferecia 3, dado representarem tão-somente 20% da plenária.

Uma observação final: cerca de 70% dos delegados eram militantes do PT que atuaram basicamente sobre as propostas definidas pela ANAMPOS (que em Goiás tem funcionado bem). Isto demonstra não só a possibilidade mas também a necessidade urgente de definição de uma linha sindical para o partido. (Américo Bernardes).

Bancários - SP

Uma história de lutas

Parabéns Bancários! São 60 anos de luta a bagagem que forma a tradição do Sindicato dos Bancários de São Paulo. E desde a fundação, em 16 de abril de 1923, da Associação dos Funcionários de Banco do Estado de São Paulo quando a categoria girava em torno dos 2 mil trabalhadores concentrados no centro da cidade, que as suas lutas são travadas pelo salário, jornada de 6 horas, estabilidade, salário profissional e quadro de carreira. As reivindicações continuam, basicamente as mesmas, mas os patrões mudaram, são grandes conglomerados financeiros, centro do poder do capitalismo caboclo, protegidos e armados pela ditadura militar; a categoria também mudou — cerca de 140 mil trabalhadores espalhados por toda a cidade de São Paulo — e o Sindicato, é um instrumento de luta afiado na mão dos trabalhadores, um exemplo de sindicalismo combativo e de massas.

Por Lucí Ayala

A história do Sindicato dos Bancários é um pouco da história de todo o movimento sindical brasileiro, onde sempre desempenhou um papel de vanguarda. Nasce da luta vitoriosa da categoria pela jornada de seis horas, como entidade livre, quando os sindicatos ainda não eram submetidos ao controle do Estado. E, 1934, enfrenta sua primeira greve nacional que, mesmo sem uma organização nacional da categoria que lhe desse sustentação, conquista a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários - IAPB e a estabilidade no emprego à partir do segundo ano de serviço.

Esta segunda conquista é logo perdida quando, sob o argumento de repressão aos comunistas que organizaram a Intentona em 35, as entidades sindicais sofrem intervenção, num processo repressivo que se intensifica com o golpe de estado de Getúlio Vargas em 37. Os trabalhadores perdem aos poucos suas conquistas, principalmente a liberdade sindical, sem conseguir opor uma resistência efetiva a CLT, imposta em 1943.

Já como sindicato sob o controle do Estado a categoria retoma suas mobilizações em 1945, mas é freada pela direção da entidade que, acreditando no projeto de "abertura" de Getúlio — o movimento queremista — evita a paralisação para não contribuir com a desestabilização do regime já em franca decadência.

A greve nacional de 1946, que dura 19 dias, é violentamente reprimida e, em 1947, os sindicatos sofrem intervenção. Esse processo, no entanto, não chega a desorganizar a vanguarda sindical que, orientada pelas posições agora esquerdistas do PCB, joga-se na formação de uma estrutura paralela ao sindicalismo oficial.

Na categoria bancária esta política deu bons frutos organizativos, com a formação de comissões de bancos — Comissões pelo Salário Digno, depois Comissão de Defesa dos Bancários — que articulam-se através da União dos Bancários de S. Paulo. Apesar de não ter conseguido consolidar uma estrutura para a entidade, a União, com suas comissões por local de trabalho, é a base da oposição que derruba, nas urnas, a intervenção no Sindicato.

A retomada do Sindicato, no entanto, ao invés de fortalecer a organização de base, acaba com ela. Refletindo mais uma guinada na linha sindical do PCB, quando as organizações por local de trabalho, tanto a bancária quanto as de fábrica, vão sendo submetidas ao verticalismo do sindicalismo oficial.

Nesse processo, e logo após a posse da nova diretoria, a categoria enfrenta sua mais longa greve. Iniciada nacionalmente, logo foi abandonada por vários estados, mantida ainda em Minas Gerais por 22 dias, durando 69 dias em S. Paulo, que chegou a conquistar 31% de aumento para a categoria, cuja reivindicação era de 40%.

O movimento bancário ressurgiu a nível nacional reivindicando aposentadoria e eleição dos trabalhadores que compunham a direção do IAPB, luta essa que deu base a fundação da CONTEC em 1958. Uma Confederação que se diferenciava das demais não por sua estrutura, também corporativista mas por nascer do processo real de luta da categoria, contra os interesses dos patrões e do governo.

Este ascenso é contido pelo golpe militar de 64, que liquida com a mobilização dos trabalhadores, intervém nos sindicatos, Federações e Confederações combativas.

Com seu presidente assassinado em 1969, o Sindicato assume uma postura imobilista e assistencialista por dez anos, só sendo recuperado pela categoria em 1979. Mesmo com a repressão, o movimento não ficou parado, produzindo chapas de oposição que disputaram as eleições sindicais de 67, 69, 72, 75, esta última perdendo por pequena margem de votos.

As transformações do Sindicato

Antes de ser eleito em 1979 a oposição sindical já era direção da categoria, pelo seu desempenho nas campanhas salariais de 77 e 78.

Tomada a entidade, a oposição defronta-se com um imenso aparelho emperrado, sem estrutura para o trabalho de massas, desorganizado administrativamente, onde o serviço assistencialista era uma fonte de corrupção.

A direção da entidade se lança à luta para transformar a velha máquina emperrada num instrumento de luta para a classe: a administração é totalmente racionalizada; a imprensa sindical, que demorava meses para editar a **Folha Bancária**, é transformada com a criação do Departamento de Imprensa, chegando-se à edição diária do **Suplemento**, com

uma tiragem de 35 mil exemplares, levando o Sindicato cotidianamente para dentro dos bancos, servindo de tribuna de defesa dos trabalhadores contra as arbitrariedades, também cotidianas, dos patrões. Oito subseções funcionam para deixar o Sindicato mais perto dos trabalhadores e os próprios funcionários do Sindicato são militantes, conscientes da importância política do seu trabalho.

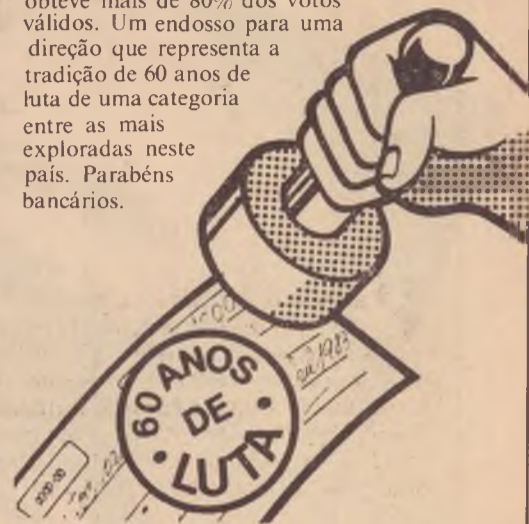
Sindicalização e Atuação Inter-Sindical

Os bancários hoje contam com cerca de 54 mil sócios, ou seja, 40% da categoria, um dos maiores índices de sindicalização do país. A alta rotatividade, no entanto, faz com que cerca de seis mil sócios desliguem-se da categoria anualmente. Apesar disso, o número de sindicalizados saltou de 29 mil em 1978 para 37 mil em 80, passando para os atuais 54 mil.

Além do incansável trabalho de sindicalização a rotatividade impõe a necessidade do trabalho intersindical, já que o avanço das conquistas da categoria e seu grau de organização está diretamente ligado ao crescimento do movimento sindical como um todo. Atuante nas inter-sindicais estadual e nacional, o Sindicato dos Bancários funciona, muitas vezes, como uma verdadeira central sindical, apoiando oposições e direções combativas, orientando atividades sindicais de outras categorias, emprestando sua experiência para que outras entidades transforem-se em instrumentos de luta dos trabalhadores.

A categoria hoje reconhece o seu Sindicato. Muita coisa ainda está para ser feita, sem dúvida, mas a direção sindical conta com o apoio explícito na categoria, como ficou claro nas últimas eleições, quando a chapa constituída à partir da Convenção Sindical

obteve mais de 80% dos votos válidos. Um endosso para uma direção que representa a tradição de 60 anos de luta de uma categoria entre as mais exploradas neste país. Parabéns bancários.



Abril/83: Atividades comemorativas dos 60 anos do Sindicato dos Bancários de S. Paulo. **Dia 11**

18h - Abertura da II Mostra de arte bancária

10:30h - Debate: Sindicato e Sociedade, com Lula, Teotônio Vilela e Luiz Carlos Prestes **Dia 13**

18:30 e 20:30h - O Homem de Ferro, filme de Andrzej Wajda **Dia 14**

19:30h - Show "60 anos de Lutas" com Tete Espíndola, Língua de Trapo, Abílio Manuel, Luli e Lucihana, Jorge Melo, Chico de Abreu. **Dia 15**

21h - Forró e Samba com Regional de Forró e Bateria da Escola de Samba Nenê da Vila Matilde. **Dia 16**

14 h- Música teatro, circo, dança e brincadeira

19 h - Solenidade

21 h - Coral da PUC

22 h - Trio Elétrico

Local - Todas as atividades serão no Centro Sindical dos Bancários - Rua Tabatinguera, 192, São Paulo.

Jornalistas gaúchos:

Vitória da Oposição

Depois de 19 anos de domínio absoluto de um mesmo grupo na direção do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre e de uma campanha que ganhou cores até mesmo de um profissionalismo político-eleitoral, a oposição sindical ganhou a eleição para a entidade, no segundo turno de votação, no último dia 25 de março. O primeiro turno, para surpresa geral, terminou empatado em 388 votos e na segunda rodada a chapa 2 (oposição), Alternativa, liderada por Remi Baldasso, colocou 83 votos de diferença sobre sua concorrente, liderada por Luis Coleho Merten. Quase 900 jornalistas votaram no segundo turno, surpreendendo a própria direção do sindicato, que se acostumou a batalhar voto por voto para conseguir o quórum necessário para homologar as chapas únicas que vinham se sucedendo nas eleições da entidade.

A proposta básica da chapa de oposição é a de democratizar a entidade, criando canais de participação e decisão da categoria, afastada e desmobilizada nos últimos anos. O último

dissídio, por exemplo, assinado em plena campanha política, sequer mereceu um comunicado à categoria por parte da situação. Esses fatores, como o baixo nível da campanha que envolveu acusações sobre um suposto "peleguismo oficial" da oposição sindical, são apontados pelos jornalistas de Porto Alegre como os responsáveis pela vitória da oposição.

A chapa 1, liderada por Merten, recebeu o apoio de setores ligados aos jornais **Voz da Unidade**, amplamente majoritários na chapa, **Hora do Povo** e **Tribuna Operária**. A chapa 2, liderada por Remi Baldasso, assessor de imprensa da direção regional do PT durante o ano passado, reuniu militantes sindicais de três partidos de oposição, PT, PDT e PMDB, e centralizou sua campanha com a verba arrecadada durante uma festa da categoria. A Chapa 1, de seu lado, contou com a publicação de dois jornais, diversos boletins e da montagem, no centro da cidade, de um comitê eleitoral com dois telefones e duas secretárias.

Economistas - MG

Mais um sindicato na luta

No último dia 24 foi empossada a nova diretoria do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais oriunda do amplo movimento de renovação da categoria que vem se espalhando por todo o país e que em Minas já conta com as diretorias da SEMG (Sociedade dos Economistas) e do CORECON (Conselho Regional de Economia).

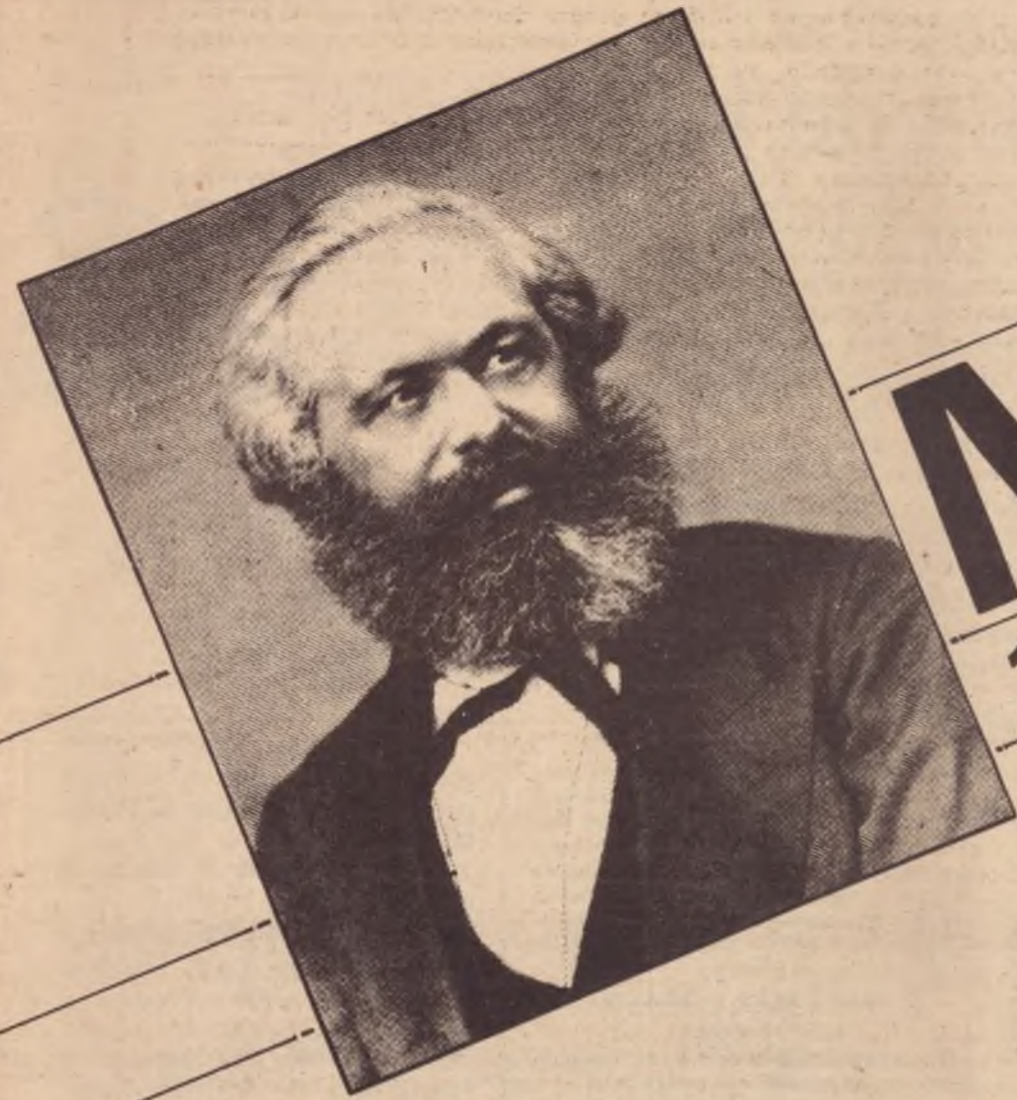
O novo presidente da entidade, Virgílio Guimarães de Paula no seu discurso de posse demarcou o campo de atuação do Sindicato: luta contra a recessão econômica e seus efeitos sobre os trabalhadores, a defesa da mais ampla liberdade sindical e a construção de uma organização intersindical unitária.

Aqui, trechos do seu discurso: "Carregamos a imagem do tecnocrata abastado e a serviço do sistema, dos monopólios e das multinacionais... Mas esta é a realidade de uma infima parcela de tutores da economia nacional. A imensa maioria de nossos colegas sobre, como qualquer dos comuns dos mortais, as apreensões com o desemprego, com os baixos salários e com a marginalização nas decisões que afetam a vida da

população"...

"É neste contexto que transparece um outro significado desta posse: o engajamento dos economistas na busca de grandes soluções alternativas, econômicas e sociais, para o país e para o nosso povo... O economista não pode servir de cortina de fumaça para encobrir um tecnicismo cada vez mais desacreditado, posições ideológicas e comprometimentos sociais alheios à maioria do povo... Não se pode mais encobrir a realidade gritante de que ao longo de 18 anos de vigência o arrocho salarial confiscou da família assalariada nada menos do que a quantia de 80 bilhões de dólares, quase o equivalente à atual dívida externa brasileira. Que o fato marcante de nossa conjuntura é a constatação de que o sistema econômico já lançou ao desemprego mais de 4,5 milhões de desempregados"...

"É preciso ter coragem de modificar esta situação. O movimento sindical mineiro e brasileiro já apresentaram reiteradas vezes propostas concretas e documentadas. A nós, economistas, cabe juntarmos-nos modestamente a eles".



MARX

100 ANOS DEPOIS

A atualidade da teoria marxista da revolução proletária

Prosseguindo na nossa homenagem a Karl Marx, no centenário de sua morte, aqui um balanço da atualidade de uma das questões centrais de seu pensamento.

Por João Machado

Podemos abordar a herança de Marx e a atualidade do marxismo a partir de muitos ângulos. Pois Marx, com seu pensamento enciclopédico, renovou a filosofia, a economia política, a historiografia, as ciências sociais em geral. A contribuição de Marx a cada uma destas disciplinas pode servir de base a um artigo sobre a atualidade do marxismo.

Aqui, trataremos do ponto de vista da teoria marxista da revolução proletária.

Também este é um tema complexo, que pode ser tratado de várias maneiras. São muitas as idéias que se combinam na teoria marxista da revolução. Fazendo uma síntese, podemos destacar os temas principais.

Em primeiro lugar, o caráter opressor da sociedade capitalista, baseada em uma economia que se funda na exploração do trabalho humano; além disso, com uma tendência ao declínio, uma economia sujeita a crises inevitáveis; uma economia que não pode ser substancialmente reformada, que continuará exploradora e passando por crises, a não ser que seja suprimida, isto é, seja suprimida a apropriação privada dos meios de produção e o caráter mercantil da economia. É esta natureza contraditória da sociedade capitalista que torna necessária a sua substituição pela sociedade socialista, e é a análise realizada por Marx das leis de desenvolvimento do modo capitalista de produção que dá a base para o socialismo científico.

Em segundo lugar, a concepção de que a luta de classes é o motor da história, que a história universal, desde o início da civilização (e da divisão em classes) não tem sido senão a história da luta de classes. Na passagem do capitalismo ao socialismo, o sujeito revolucionário fundamental é o proletariado, e isto por sua posição específica na sociedade capitalista, pelo seu papel central no processo de produção e pela impossibilidade de uma melhora global e duradoura de suas condições de vida a não ser pela supressão do próprio capitalismo. Pela sua força social, pelos seus interesses históricos objetivos (ainda que não sejam percebidos pelo conjunto da classe em

determinados momentos históricos) é que a classe operária é o sujeito revolucionário fundamental, capaz de emancipar-se a si mesma e a toda a humanidade.

Esta visão não exclui a aliança com outras classes exploradas ou oprimidas, ou com movimentos sociais de massa progressistas. As alianças são necessárias; mas o lugar central tem de ser ocupado pelo proletariado.

O estado operário

Um terceiro tema fundamental na concepção marxista da revolução proletária é o do Estado. O Estado na sociedade capitalista é um Estado burguês, um aparelho de dominação a serviço da burguesia, defendendo os seus interesses gerais enquanto classe. Este aparelho (que inclui o governo, a administração pública, as forças policiais e militares, e aparelhos ideológicos do Estado) não pode ser utilizado pelo proletariado, nem pode ser reformado ou transformado por dentro; tem de ser destruído por uma revolução

proletária, que construa outros organismos de poder, estruturados de modo distinto dos aparelhos do Estado burguês. (Marx tomou como referência de Estado Operário a Comuna de Paris, única experiência de poder operário de seu tempo).

Este Estado que permite o exercício do poder pelos trabalhadores, que deve conduzir à passagem do capitalismo ao socialismo, Marx chamou de "ditadura revolucionária do proletariado", no sentido de uma ditadura da classe operária, baseada nas formas de democracia dos trabalhadores, do mesmo modo que o Estado burguês é uma ditadura da burguesia, baseado nas formas burguesas de democracia (quando se trata de um Estado burguês com um regime democrático).

Outra questão central na teoria marxista da revolução proletária é a necessidade de constituição de um partido operário revolucionário. Para que o proletariado se constitua como classe no sentido político, isto é, com consciência dos seus interesses de classe, ele tem de se constituir em um partido político próprio, oposto aos partidos políticos das classes dominantes. A re-



Demonstração em Manáguá, 1/5/82.

volução proletária é um processo da classe operária no seu conjunto, mas para desenvolver a consciência da classe, e para a direção do processo, um partido operário revolucionário é indispensável.

Finalmente, faz parte da concepção de Marx da revolução proletária sua concepção da sociedade socialista. No seu nível superior, no comunismo desenvolvido, é uma sociedade sem classes, sem Estado, sem divisão social do trabalho, onde o tempo livre cresce qualitativamente, reduzindo-se o tempo obrigatório de trabalho a um mínimo, de modo que o trabalho deixa de ser um meio de ganhar a vida para se tornar fonte de realização dos indivíduos.

Em resumo, a teoria de Marx da revolução proletária parte da necessidade objetiva de supressão da sociedade capitalista, a ser realizada por uma revolução das massas proletárias, dirigida por um partido operário revolucionário, que dará origem a um Estado de novo tipo, e iniciará a construção da sociedade socialista, como sociedade da fraternidade e da liberdade.

O descaminho da revolução

Cem anos depois da morte de Marx, em que medida esta concepção da revolução continua atual? Em que medida a história tem dado razão, ou deixado de dar, ao velho revolucionário alemão?

Esta discussão é fundamental. E não apenas no sentido de discutir as lacunas deixadas por Marx, de avaliar o enriquecimento realizado na teoria marxista depois da sua morte. Mas no sentido de pôr à prova as bases mesmas da sua concepção.

Há dois fatos principais que foram registrados pela história do último século e que colocam em causa as idéias de Marx que resumimos. O primeiro, o fato de não ter havido revolução socialista vitoriosa nos países capitalistas centrais. Mais ainda: nestes países, o grosso da classe operária está organizada em sindicatos e partidos que têm uma perspectiva claramente reformista. De modo geral, o modo capitalista de produção tem demonstrado uma longe-

vidade difícil de imaginar cem anos atrás.

O segundo fato é ainda mais importante como questionador das concepções de Marx. Na Rússia, e de modo geral nos países em que o capitalismo foi abolido, não se seguiu uma democracia operária como a imaginada por Marx, nem um processo de construção do socialismo que esteja avançando rumo a uma sociedade igualitária e livre. Uma pesada burocracia expropriou os trabalhadores do poder político, manteve as bases sociais da economia planejada, mas bloqueou qualquer outro avanço rumo ao socialismo. No lugar da liberdade marxista, estamos diante da terrível realidade do Gulag.

A longevidade do capitalismo (em particular nos países centrais), a prática reformista do movimento operário nestes países, e a degeneração de muitos processos de construção do socialismo, têm dado origem a questionamentos de todas as idéias sobre a revolução socialista que resumimos.

Reforma do capitalismo e do Estado?

Uma vertente dos questionamentos diz respeito à tese de impossibilidade de reforma do capitalismo e do Estado burguês. Em épocas em que a economia cresce, e o Estado se democratizava, floresceram teorias sobre a capacidade do capitalismo de se reformar, garantindo prosperidade para todos, e ao mesmo tempo permitindo uma progressiva democratização do Estado, fazendo que perdesse o sentido a idéia de uma revolução que o destruísse e possuísse fim à propriedade privada dos meios de produção.

Esse foi o tema do revisionismo clássico, liderado por Bernstein. Foi do mesmo modo uma idéia amplamente difundida na década de 50 e início da década de 60, quando as políticas keynesianas de manejo de demanda permitiram reduzir as recessões, garantir um crescimento continuado, aumentarem os salários e a assistência social e reduzir-se o desemprego. Do mesmo modo que em ocasiões anteriores, estas revisões foram postas abaixo pela chegada da crise, da recessão generalizada na economia capitalista. É difícil hoje argumentar com a capacidade do capitalismo de se reformar e de garantir melhores condições de vida para a população. Mesmo nos países imperialistas, o que vemos é a ofensiva de "austeridade" da burguesia, procurando reduzir os salários reais, a assistência social e os gastos com saúde, educação, etc, e ao mesmo tempo procurando disciplinar a força de trabalho, endurecendo a legislação anti-greve, etc. Também as perspectivas de democratização dos Estados capitalistas não são nada brilhantes hoje. As experiências de socialismo reformista

(como a da França hoje) têm conduzido a repetidas frustrações.

O mesmo acontece com outro tema presente em muitos questionamentos do marxismo e revisões teóricas: a idéia de que seria possível abandonar a perspectiva de luta de classes em favor de uma colaboração entre as classes. É nas crises que os conflitos se tornam mais agudos, que aparece mais claramente a inevitabilidade do confronto entre as alternativas da burguesia e as do proletariado.

Fim do mito da classe operária?

Os questionamentos hoje se centram mais em outros aspectos da concepção de Marx. Isto é, no caráter utópico de sua concepção do socialismo, na capacidade da classe operária de se constituir como autêntico sujeito revolucionário e pôr fim à dominação do capital. Na verdade, estas duas questões convergem para uma só: a da capacidade do proletariado de se tornar a classe dirigente, de ganhar consciência dos seus interesses, de se organizar e tomar a direção do Estado.

Tanto a perda do poder para a casta burocrática na URSS e em outros Estados Operários, quanto a incapacidade de pôr fim à dominação do capital, quanto o caráter reformista dos partidos operários de massa nos países imperialistas (resultante da sua burocratização, isto é, do seu controle por uma camada de dirigentes com interesses distintos dos da classe operária) teriam como raiz a mesma incapacidade do proletariado.

Isto é, no centro dos questionamentos atuais à concepção marxista de revolução socialista está a colocação em causa do papel da classe operária como sujeito revolucionário, a afirmação da sua tendência para entregar o poder para aparelhos burocráticos e aceitar a sua tutela. Considerando a história dos últimos cem anos (ou melhor, desde o fim do século passado), esta é uma crítica ao marxismo que tem de ser levada a sério, que não pode ser afastada com facilidade.

A teoria das burocracias operárias

Para responder a este questionamento, coube aos marxistas desenvolver a explicação para este fenômeno que Marx não chegou a conhecer na sua forma desenvolvida. Sai fora do objetivo deste artigo tratar deste tema, que diz respeito ao desenvolvimento do marxismo depois de Marx. Mas temos de assinalar o caráter fundamental desta questão para podermos responder hoje à pergunta sobre a atualidade da teoria marxista da revolução proletária. Pois o problema é este: ou bem explicamos a incapacidade do proletariado, até hoje, de tomar o poder nos países capitalistas

centrais, e de conservá-lo na URSS e outros Estados operários, por uma debilidade estrutural, congênita, da classe operária, e concluímos pela impossibilidade da construção do poder dos trabalhadores; ou bem explicamos muito concretamente como chegamos a esta situação, e mostramos onde estão as alternativas.

São pelo menos três questões a serem explicadas: o desenvolvimento do reformismo e o seu domínio progressivo sobre a II Internacional; a degeneração burocrática da revolução russa; e o domínio do reformismo durante décadas desde então nos principais países capitalistas (o que Trotski chamou de "crise da direção revolucionária" ou "crise da direção do proletariado", e identificou como a causa fundamental da crise da humanidade). A primeira questão foi tratada por Rosa Luxemburgo, Lênin e outros marxistas da esquerda da II Internacional. As duas outras, sobretudo por Trotski, pela oposição de esquerda na URSS e seus continuadores atuais.

O renascimento das lutas proletárias

Mas podemos abordar esta questão também pelo lado mais prático e histórico. O que vemos nos últimos anos é a demonstração da passividade do proletariado?

Desde pelo menos o fim da década de 60, acreditamos que não. O processo da revolução nos países coloniais e semi-coloniais, em marcha desde o fim da II Guerra, tem prosseguido, com um papel cada vez mais central das lutas operárias. Não se trata apenas do fato (importante) de que o proletariado corresponde a uma porcentagem cada vez maior da população destes países; mas do fato de que as formas clássicas de luta proletária (greves, manifestações de rua, insurreição) têm um papel bem maior do que em revoluções como a chinesa (na sua fase posterior a 1945), por exemplo. O proletariado vai à luta claramente, ainda que com direções do tipo da de Khomeini, demonstrando um enorme ímpeto revolucionário.

Mais que isso: em muitos países dependentes, estão se forjando direções para a classe operária que não podemos chamar de reformistas ou burocratizadas, e que dirigem movimentos de massa. Isto é mais visível na América Central (em primeiro lugar em Cuba, onde a revolução permanece, não degenerou), mas acontece também em outros países, em menor escala. Incluso no Brasil, onde o PT, apesar de todas as debilidades que ainda carrega, tem impedido a hegemonia do peleguismo e do reformismo.

Por outro lado, desde 1968, houve uma retomada de lutas proletárias de massa de enorme importância em vários países imperialistas, sobretudo a França, a Itália, Portugal, e em menor medida, a Espanha.

O processo de crise por que passam muitos PCs (stalinistas) europeus, bem como a diferenciação, com a formação de correntes de esquerda, no movimento sindical e no interior de partidos social-democratas na Europa, mostra que setores crescentes da classe operária não aceitam o domínio da burocracia reformista, e buscam alternativas de classe combativas.

Talvez ainda mais significativo, o proletariado dos Estados operários vêm elevando a força de suas lutas, combatendo por um socialismo que seja digno deste nome. O processo, mais avançado na Polónia, onde o sindicato Solidarnosc foi ilegalizado mas não destruído, se dá também em outros países. Houve revoltas anti-burocráticas nos Estados Operários Burocratizados desde 1953, na Alemanha Oriental, na Hungria, na Tchecoslováquia, na China, além da Polónia.

O processo de retomada das lutas de massa proletárias é real, e atinge todos os setores em que se divide o mundo: países imperialistas, coloniais e semi-coloniais, e Estados Operários. Podemos dizer que temos razão para não aceitar a concepção

de uma classe operária passiva, presa fácil das burocracias no oriente e no ocidente.

Socialismo ou barbárie?

Podemos dizer, portanto, que a classe operária vai à luta. Mas para confirmar a teoria marxista da revolução, é necessário mais que isto: que ela construa partidos revolucionários próprios, que derrube o capitalismo nos seus bastiões fundamentais, que construa sociedades socialistas autênticas. E este processo ainda está longe da sua conclusão. Principalmente porque o instrumento necessário para levar à frente esta tarefa — um partido revolucionário capaz de dirigir as massas — não está construído na maioria dos países, e menos ainda a nível internacional. Por isso, temos de fazer que o jogo ainda não está decidido, a verificação prática da teoria marxista da revolução não está plenamente realizada.

Mas isto não diminui em nada a sua atualidade, cada vez mais gritante.

Não há outra concepção que nos dê alguma perspectiva de derrubar o sistema capitalista. E fica cada vez mais claro quais são as consequências do prolongamento da vida do capitalismo: um imperialismo decadente tem nos ameaçado, não apenas com a barbárie (segundo a eloquente frase de Rosa Luxemburgo, sobre a alternativa entre socialismo ou barbárie), mas com a própria destruição da humanidade. Quando um asno satânico como Ronald Reagan chega à presidência da maior potência imperialista, e nos agride com sua demente proposta de "guerra nas estrelas", entendendo todos os esforços para multiplicar um arsenal que já é capaz de destruir o mundo centenas de vezes, compreendemos o que o futuro reserva para a humanidade se não puser fim ao capitalismo.

Na verdade, a sorte não está decidida. Não sabemos se predominará a barbárie na sua forma mais terrível — a destruição do gênero humano — ou o socialismo, confirmando a teoria da revolução proletária. Ainda não está decidido se a revolução mundial será derrotada outra vez, ou se triunfará finalmente. Também não está decidido se a sociedade soviética, bloqueada na sua evolução pela burocracia, dará lugar a novas formas de exploração, ou se o proletariado soviético, com a ajuda do proletariado mundial, se emancipará da casta burocrática. Ainda não foi demonstrado que o proletariado será capaz de criar uma sociedade sem classes com um nível de civilização e liberdade muito superior a tudo o que a história já registrou em seus melhores momentos.

Mas não podemos tratar este problema como um problema teórico. Temos todas as razões para confiar na teoria marxista e trabalhar para colocá-la em prática, em primeiro lugar construindo o instrumento de que o proletariado carece para sua luta (partidos revolucionários, uma Internacional revolucionária). Temos razão para isto porque o declínio e a crise do capitalismo estão cada vez mais claros, e porque o proletariado tem dado demonstrações de sua disposição para o combate.

Mas somos obrigados a isto também porque não foi desenvolvida, até hoje, nenhuma outra alternativa com um mínimo de credibilidade capaz de oferecer um caminho para a humanidade, capaz de motivar nossa luta e nossa vida. Socialismo ou barbárie, revolução proletária ou barbárie: a candência desta alternativa é a chave para a verificação hoje da atualidade da teoria marxista da revolução proletária.

A série "A questão do partido na história do movimento operário" que iniciamos na edição 165, deixa de sair neste número do jornal, voltando a aparecer a partir da próxima edição.

Rio Grande do Sul

Os sinos tocam Greve Geral

Milhares de trabalhadores gaúchos, reunidos no último dia 19 para protestar contra a política salarial do governo, propõem a deflagração de uma greve geral dia 18 de maio próximo.

Por Paulo Cezar da Rocha

Mais de 8 mil trabalhadores gaúchos se reuniram último dia 19 para protestar contra o decreto 2012. A manifestação foi além do que previa a própria Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores e acabou marcando o dia 18 de maio como data indicativa para a realização de uma greve geral no país e um 1.º de Maio unitário em Caxias do Sul como momento decisivo na preparação da greve.

A presença de delegações de todo estado, respondendo à convocação da CIET, foi uma demonstração clara de que a classe operária gaúcha não vai engolir em seco as medidas dos patrões e do governo visando jogar o maior peso da crise em suas costas. Reflexiva, a manifestação ouviu a palavra de todos os partidos políticos, aplaudindo principalmente a fala de Olívio Dutra. Só não permitiu falar o representante do PDS, deputado Roberto Cardona, por mais que este insistisse.

Apesar de não ter um caráter deliberativo, a manifestação tinha peso e representatividade para isso. A Comissão Intersindical se comprometeu logo no início a assumir plenamente todas as indicações que ali fossem apontadas. E uma delas, desde alguns dias antes, prometia polarizar a manifestação. A Intersindical do Vale dos Sinos veio com a proposta de que fosse indicada uma data para a realização de uma greve geral no país. Diante disso, os mesmos líderes sindicais que semanas antes iam para os jornais marcar greve para amanhã ou depois, pautaram suas intervenções no combate à proposta jogando para um horizonte longínquo a possibilidade de realização de uma greve geral nacional.

Coube a Miguel Rosseto, trabalhador na Coemsa e militante de base do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, em nome da Intersindical do Vale, fazer a única falação da assembléia defendendo a marcação de uma data indicativa para as instâncias nacionais do movimento deflagrar a greve geral. E não houve necessidade de outras. A proposta obteve adesão da grande maioria do plenário que já vinha manifestando descontentamento com o espírito retransmissor de uma série de lideranças.

Para Miguel Rosseto, a proposta do dia 18 de Maio tem um significado muito importante, mesmo que não venha a ser adotado nos demais estados. "Primeiro, afirma ele, o Rio Grande do Sul deixa claro que se prepara para uma greve geral e coloca esta discussão de uma forma muito mais concreta para os demais estados. Se não quiser sofrer uma profunda derrota, difícil de recuperar, a classe trabalhadora no país precisa urgentemente inverter a situação em



Olívio Dutra falando no ato do dia 19

que está sendo jogada pela ofensiva do governo e dos patrões. E essa inversão, se precisa ser fruto do grau de organização política e sindical dos trabalhadores, se precisa se combinar com o processo de construção da CUT, ela ao mesmo tempo tem prazos políticos para se dar". Para Miguel Rosseto, o próximo meio ano é decisivo para que se demonstre efetivamente que a luta e a união leva a vitórias. Ressalta ainda que, com o ato do dia 19, o movimento sindical do Rio Grande do Sul deixa claro que é possível a construção de uma frente única pautada pela independência de classe e por um espírito combativo".

Já para Sérgio Matte, vice-presidente do Sindicato dos Met. de Canoas, o fato do movimento sindical gaúcho hoje ter uma perspectiva de enfrentamento da crise e não de conciliação com os patrões, apesar da FIERGS já ter procurado algumas lideranças para a realização de um "pacto social", se deve basicamente a linha imprimida a partir do movimento sindical do Vale. "Nós temos procurado politizar o movimento sindical, sempre buscando a participação e a organização da base". E explica: "Ao invés das lideranças sindicais irem ao parlamento levar as reivindicações do movimento, por exemplo, nós temos puxado os partidos para a luta sindical praticamente obrigando os partidos a apoiarem a nossa luta. Doutra lado, nessa situação de desemprego, onde o peão fica desesperado na vila, sem possibilidade de emprego, sem horizonte, nós temos procurado estreitar os laços com o movimento de bairros. Trabalhar junto com o movimento de bairros é fundamental nessa conjuntura porque, como diz o Clésio, presidente da União de Moradores aqui de Canoas, a luta é uma só".

Aliás, a importância deste trabalho ficou demonstrada dia 19 porque foram as associações de bairro quem levaram grande parte dos trabalhadores ao ato.

"Agora, conclui Sérgio Matte, se trata de organizarmos um grande primeiro de maio e em cada vila, em cada sindicato, aprofundar a discussão e a organização da greve geral. A greve geral não só é necessária como também possível se o conjunto de forças políticas interessadas na construção de uma CUT pela base, independente, assumirem essa tarefa. A Pró-CUT tem uma reunião marcada para o próximo dia 10, e ela precisa, além de organizar o 1.º de Maio em todo país, se posicionar com clareza diante desta questão."

Foto: Protápio Nene

22 de março

Os trabalhadores vão ao Palácio Piratini

No dia 22 de março, dia de protesto nacional contra o decreto-lei 2012, a classe operária gaúcha deu uma primeira estocada firme e vigorosa no governo Jair Soares. Uma comissão de sindicalistas, engrossada por mais de 500 populares durante uma caminhada no centro da cidade, foi ao Palácio Piratini entregar as reivindicações do ato do dia 19. O abaixo assinado da Pró-CUT, contendo cerca de 300 mil assinaturas, também foi entregue.

Jair Soares, recém empossado, falou muito e disse pouco. Prometeu manter as portas do Palácio abertas aos trabalhadores e pediu calma "até que os programas do governo comecem a ser postos em prática". O governador não deixou também de se referir a um dos membros da comissão, Edir Inácio da

Silva, da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário, como "um grande amigo". O fato serviu apenas para irritar ainda mais a Comissão, pois Edir já havia tomado a palavra, por iniciativa própria, "em nome dos trabalhadores", para tecer elogios ao novo governador.

Pela Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores falaram Paulo Renato Paim e Julieta Balestro, colocando as reivindicações dos trabalhadores. Paim, mesmo antes da entrevista, já deixava claro os objetivos da comissão: "Nós não esperamos apoio e nem mesmo que o governo se sensibilize com a situação dos trabalhadores. Nós vamos lá levar as nossas reivindicações e demonstrar a nossa força." (PCR)

COEMSA

Metalúrgicos em greve pelo direito ao trabalho

Dia 24 passado os trabalhadores da COEMSA entraram em greve reivindicando um ano de estabilidade no emprego, fim da repressão dentro da fábrica e pagamento dos dias parados. A empresa, de capital italiano, alegando dificuldades financeiras, redução nas exportações e inexistência de novos pedidos, anunciava a intenção de despedir 30% de seus 1600 empregados.

Declarada a greve, a adesão foi de 100%. No segundo dia, os ônibus que traziam os trabalhadores na porta da fábrica as seis da manhã, ou vinham vazios, ou serviam apenas para engrossar o piquete. Mesmo os operários que eram levados até o pátio da empresa e coagidos a trabalhar se recusavam a furar a greve. Possuidores de uma organização de base forte na fábrica, os trabalhadores não arredaram pé de suas reivindicações até o fechamento desta matéria. A direção do movimento vinha sendo discutida diariamente pelos grevistas. Diante da intransigência patronal ao se negar a dar, na prática, mais do que um mês de estabilidade, o movimento tomou um novo fôlego na quarta-feira, da semana santa e começou a se preparar para uma luta de grande duração, através da organização de um fundo de greve.

A empresa argumenta que não pode ceder mais se o governo não pagar uma dívida de 6,5 bilhões de dólares. Os trabalhadores tem respondido que esse é um problema dos patrões com o governo e tem de ser resolvido com seus



pares. Depois de uma semana de greve, as atenções de todo o estado se voltam para a COEMSA. Diante do enfrentamento, os jornais da burguesia local e os dirigentes da FIERGS declaravam a impossibilidade da realização de um pacto social. Ao mesmo tempo já se consolidava a certeza de que, apesar de ter ainda seu desfecho nebuloso, o movimento já havia conquistado um saldo positivo.

Paralelamente ao movimento grevista na COEMSA, outra grande fábrica de Canoas passava por um processo de luta. Na MASSEY-FERGUSON os patrões propuseram a redução para 40 horas de trabalho semanais com redução salarial de 15%. Dado o grau de organização de base reduzido na fábrica, os patrões investiram em fazer passar a sua proposta. Conseguiram inclusive que alguns trabalhadores fossem à assembléia defender a proposta patronal. Mesmo assim, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas conseguiu um acordo melhor que o proposto e levou os pelegos à desmoralização no interior da fábrica. Paulo Renato Paim, presidente do Sindicato, após o acordo firmado, aceitando a redução de jornada com redução salarial mas garantindo estabilidade por cinco meses, ressaltava que, apesar do acordo não ser o que o sindicato pretendia, os trabalhadores da Massey saíram do processo com um espírito de vitória e com a confiança na sua capacidade de luta grandemente aumentadas (PCR).

Colaborações para o fundo de Greve da COEMSA

Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas
Rua Caramuru, 330
92.000 — Canoas — RS
FUNDO DE GREVE

Vale dos Sinos

Um novo sindicalismo surge nos pampas

Da Sucursal

A greve da COEMSA, indústria eletro-mecânica de Canoas, município da região metropolitana de Porto Alegre, constitui-se num exemplo de luta contra o desemprego. Em solidariedade a companheiros demitidos e com a ameaça de demissões em massa imediata, os metalúrgicos — sob direção de seu Sindicato — deram uma profunda demonstração de unidade e organização. Desde o primeiro momento a greve paralisou completamente a fábrica com a adesão absoluta de seus 1.600 operários.

Essa capacidade de luta não é algo puramente espontâneo mas fruto de um processo que tem passado despercebido ou pouco refletido pelo movimento sindical gaúcho.

O movimento da COEMSA reflete, além da luta pelo direito ao trabalho, pela estabilidade no emprego, um fenômeno novo no sindicalismo gaúcho: a transferência para o Vale do Rio dos Sinos do setor mais combativo e dinâmico do sindicalismo que até alguns anos atrás estava na capital em sindicatos como o dos bancários e dos trabalhadores do vestuário.

É evidente que uma das razões desse processo reside no esgotamento dos espaços da capital, cercada pelo estuário do Guaíba e pelos municípios vizinhos da área metropolitana, o que obriga a transferência de indústrias para outros municípios. Há, no entanto, outras razões que explicam esse fenômeno.

O surgimento de um novo sindicalismo no Vale começou com a organização de uma Oposição Sindical em São Leopoldo e Novo Hamburgo, que passou a questionar a prática pelega e assistencialista de suas entidades.

O primeiro a cair foi o sindicato dos metalúrgicos de Novo Hamburgo, cujo presidente estava há dezenove anos na presidência. Um sindicato pequeno mas que, rapidamente, começou a imprimir um outro ritmo na organização da categoria e obtendo conquistas importantes como o reajuste trimestral em vigor há dois anos.

Isso incentivou ainda mais a Oposição metalúrgica de São Leopoldo, cujo Sindicato reúne cinco cidades e uma das maiores concentrações operárias do estado. A chapa oposicionista somente foi derrotada pelo alento que na última hora a diretoria pelega recebeu do PDT, na época com o controle da Prefeitura e da maioria dos vereadores. Mesmo assim, a oposição só perdeu no segundo turno e por menos de cem votos. A experiência e a combatividade, porém, não foram esquecidas apesar das listas negras e da cumplicidade do Sindicato em

inúmeras demissões de metalúrgicos combativos.

Em 81, chegou a vez de Canoas, vizinha cidade de Porto Alegre e área de segurança. Uma chapa nascida no interior das lutas e do reconhecimento dos trabalhadores mais combativos das principais empresas impôs mais uma derrota nos pelegos, desta vez apoiados até o fim pela Hora

do Povo.

Com a realização da Conclat e a orientação de organizar Intersindicais estaduais e regionais, o Vale do Rio dos Sinos, foi um dos primeiros a contar com uma Intersindical que rapidamente conseguiu a adesão de outros sindicatos que por isolamento ou despolitização de suas diretorias estavam numa apatia ou

simplesmente desmobilizados.

A ativa presença do Sindicato na greve da COEMSA e nas negociações com a MASSEY-FERGUSON, a participação de dois desses dirigentes sindicais na Executiva da Comissão Pró-CUT do Rio Grande do Sul, Paulo Renato Paim (Canoas) e João Machado (Novo Hamburgo), bem como na vanguarda

das mobilizações sindicais como a que ocorreu dia 19 de março — oito mil pessoas contra o Decreto Salarial em Porto Alegre — não são fatos isolados, mas demonstram que uma nova direção sindical se consolida no Rio Grande e uma experiência sindical muito rica que deve servir de exemplo para outras regiões do estado.

Minas Gerais

Só a greve geral pode parar as demissões

Um quadro das recentes demissões de trabalhadores no estado e os saldos da manifestação do dia 22 de março.

Da Sucursal

“Ou param as demissões, ou paramos o Brasil”, era o coro de 800 manifestantes em frente ao Palácio dos Despachos, no último dia 22 de março em Belo Horizonte, na comemoração estadual do Dia Nacional de Luta. A necessidade de preparação imediata de uma greve geral contra o desemprego, ressaltada pela unanimidade dos oradores, foi aplaudida entusiasmada pelos presentes, em sua maioria levados ao ato pelas associações comunitárias dos bairros operários da capital.

Em Minas, a onda de desemprego permanente desde 1981, recrudescendo a partir de janeiro, atingindo desde então, só nos setores metalúrgico e de mineração, 3.100 operários em 12 cidades do estado. Nos últimos dois anos, no setor metalúrgico, foram desativados 70 mil postos de trabalho, (dos quais 8 mil em Belo Horizonte/Contagem), reduzindo o contingente da categoria para 230 mil trabalhadores. Os dados são da Federação dos Metalúrgicos, com base nas guias de contribuição sindical e nas matrículas sindicais.

Das 12 cidades assoladas, o quadro é particularmente crítico em 4: Caeté, Sabará, Itabirito e Divinópolis, cuja vida econômica gira em torno das siderúrgicas nelas implantadas, respectivamente, Ferro Brasileiro, Belgo-Mineira, Queirós Júnior e Pains.

A Casos Exemplares — a) **Caeté:** no final do ano a Ferro Brasileiro demite 263 operários. O sindicato, denunciando que a empresa sistematicamente infringe direitos trabalhistas nos aspectos de salubridade e jornada de trabalho, convoca uma “greve legal”. Após 17 dias de greve o TRT a julga ilegal. A empresa, para evitar reações, dá férias, e, 1 mês depois, demite mais 242 empregados. O clima na cidade é de desespero, onde nos últimos dois anos foram perdidos 1.800 empregos; b)

Itabirito — a usina Queirós Júnior, a mais antiga siderúrgica do país, que há 7 meses não pagava aos operários, paralisa suas atividades, atingindo 980 trabalhadores: 700 em Itabirito, 130 em Conselheiro Lafaiete e 150 em outras atividades do grupo industrial. Em Itabirito, a empresa é responsável por 80% do emprego na cidade. A situação continua inalterada; c) **Divinópolis:** A siderúrgica Pains, cujo lucro líquido em 1982 foi de 1 bilhão de cruzeiros, demite 165 operários em janeiro e aumenta a dose em fevereiro: mais 180. A cidade, que além da Pains possui mais 6 siderúrgicas de pequeno porte, perdeu no último ano e meio, 2.500 empregos na área metalúrgica. Neste período, o quadro de associados do sindicato caiu de 6 mil para 2.200 operários; d) **Sabará:** o cerco ao emprego perpetrado pela Belgo Mineira parece inexorável. Em 1980 a usina empregava 1.870 operários em 13 setores. Desde então desativou 8 deles e demitiu quase 1.200, sendo que 70 trabalhadores no início do ano.

Preparar a reação

Entusiasmada com sua vitória em Sabará a Belgo-Mineira fez a proposta de eliminação da semestralidade às unidades de João Monlevade (4.100 empregados) e Contagem (2.500). A companhia sabe que nessas unidades a parada será mais difícil. Em Monlevade, a demissão de apenas 4 operários colocou os demais companheiros em pé de greve, forçando a empresa a voltar atrás. Lá há um contrato de garantia de emprego até 31 de maio.

Em Contagem, a proposta foi rejeitada em assembléia no último dia 30. Para o presidente do sindicato, João Silveira, só uma garantia de emprego de no mínimo 3 anos poderia compensar uma redução tão acentuada nos ganhos salariais dos empregados.

O desenlace das negociações em Contagem e Monlevade é aguardado com expectativa tanto pelos empresários quanto pelo movimento sindical. A Belgo é pioneira em estabelecer políticas salariais. Foi a primeira empresa a conseguir redução de jornada com redução de salários, prática a seguir adotada por inúmeras outras empresas. Há alguns anos, ela conseguiu tomar emprestado dos próprios empregados, descontando de seus salários...

Uma ação conjunta dos sindicatos de Contagem e Monlevade seria de inegável importância para frustrar a chantagem da Belgo. Quando este artigo está sendo redigido essa é uma possibilidade não descartada. Uma tal coligação, marcando um entendimento intersindical efetivo, poderia polarizar o movimento em Minas, às vésperas do Congresso Estadual dos Trabalhadores, marcado para 23 e 24 de abril próximo.

Este Congresso, convocado pela Pró-CUT regional e aberto a todos os trabalhadores, deverá se debruçar especialmente sobre o isolamento das lutas em Minas. Diante da ofensiva patronal, a resposta dos trabalhadores tem de ser unificada. A solitária greve de 17 dias de Caeté não conseguiu repetir o desempenho da também solitária greve de 116 dias dos metalúrgicos da Cimetal em Barão de Cocais, no 1º semestre do ano passado. É cada vez mais difícil vencer sozinho.

Duas linhas

Qual o caminho correto para incentivar a unificação do movimento? Em torno desta questão duas linhas políticas se afirmam em Minas. Uma, a de que só por uma irrestrita política de massa, através da qual os trabalhadores apurem seu sentimento de classe, eles podem criar uma correlação de forças favorá-

vel e conquistar suas reivindicações. A outra linha política é a de crença nos acordos de cúpula.

Esta última linha é a que os setores sindicais ligados à Tendência Popular do PMDB vêm preconizando para a atuação da Pró-CUT regional. O Ato do dia 22 foi exemplar a este respeito. Enquanto uma massa de centenas de pessoas, a maioria delas convocadas ali para levar as reivindicações de seus bairros, esperava na rua pela presença do governador Tancredo Neves, este só admitia recepcionar uma comissão de sindicalistas que lhe entregaram o abaixo-assinado da Pró-CUT com 50 mil assinaturas. Esta atitude do governador foi criticada pelo presidente do Sindicato dos Marceneiros e por uma representante das associações de bairro que afirmaram que “na hora de pedir votos o sr. Tancredo vinha até ao povo”.

Por esta crítica, os dois trabalhadores foram virulentamente atacados na reunião da Pró-CUT pelos representantes da Tendência Popular que os taxaram de “estreitos e divisionistas” por não perceberem a “virada histórica que se deu em Minas” com a eleição de Tancredo. “Quando já tínhamos visto um governador receber em palácio uma comissão de sindicalistas?”, indagavam.

Na véspera, justamente ao receber a comissão, Tancredo Neves tinha se declarado contra a CUT porque “ela não é a solução para os problemas da classe operária brasileira e principalmente (sic) do Estado”. Em seu discurso de despedida do Senado ele já prometera reprimir todas as “greves subversivas”.

Porir mão da mobilização independente dos trabalhadores em troca desta “virada democrática” é um escárnio!

Leia, contribua, assine e divulgue EM TEMPO:

A sustentação da imprensa dos trabalhadores depende basicamente de seus leitores.

A sobrevivência da imprensa alternativa depende do apoio que recebe de seus leitores. Esta é uma verdade que aparecia transparentemente nos períodos da repressão mais feroz, direta e violenta da ditadura. Mudou o momento da luta de classes, mudaram os métodos de amordaçamento da imprensa independente que coloca suas páginas a serviço da luta dos trabalhadores.

EM TEMPO entra em seus seis anos de vida fustigado violentamente pelas pressões econômicas. É uma luta sem dúvida desigual. Os preços do papel, de composição e impressão do jornal subiram assustadoramente nestes anos de inflação acelerada e não param de crescer a todo momento. Se somarmos aos gastos os custos referentes a pagamento de aluguéis para a sede e sucursais, do funcionamento cotidiano, do pagamento de uma equipe mínima de funcionários administrativos e jornalistas teremos um gasto médio mensal em torno a Cr\$ 2.000.000,00.

Do lado das receitas, trata-se de uma arrecadação difícil de ser centralizada e que não consegue acompanhar a velocidade do aumento dos custos. O jornal não conta com anunciantes regulares. As receitas de banca até hoje não se recomparam dos danos à distribuição causados pela onda terrorista de 1980. E, de um terço a dois terços do preço da capa do jornal são apropriados seja pelo banqueiro seja pela distribuidora. Temos ainda preferido não aumentar o preço de capa do jornal na mesma velocidade da inflação pois inviabilizaria a sua penetração em faixas dos trabalhadores onde é maior o desafio para seu crescimento e influência.

Por isso tudo estamos lançando esta campanha financeira simultaneamente a um esforço renovado no sentido de aumentar significativamente o número de assinantes. Ela permitirá não apenas a continuidade de um jornal que já tem sua história na luta dos trabalhadores brasileiros, como criará condições para que possamos investir em novas conquistas jornalísticas e políticas.



CAMPANHA FINANCEIRA

EM TEMPO, no seu quinto aniversário, promove:

Promoção nº 1: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO, você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

Promoção nº 2: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, você ganha, além de uma redução do preço, o caderno **Malvinas**.

Promoção nº 3: Adquira a coleção

completa do EM TEMPO, composta de 168 números, por apenas Cr\$ 15.000,00.

Promoção nº 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

Promoção nº 5: Em cada quatro assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, você ganha a sua assinatura.

Promoção nº 1 - _____	2.000,00
Promoção nº 2 - _____	3.500,00
Promoção nº 3 - _____	15.000,00
Promoção nº 4 - _____	20.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57
CEP 05414



Fique por dentro

Livros da Editora Antídoto (Portugal) a preços especiais

Introdução ao Marxismo - Ernest Mandel	1.050,00
Crítica ao Eurocomunismo - Ernest Mandel -	1.050,00
Da Comuna a Maio de 68 - Ernest Mandel	1.200,00
Os estudantes, os intelectuais ea luta de classes - Ernest Mandel	900,00
Sobre o Fascismo - Ernest Mandel	600,00
A Revolução Desfigurada - Leon Trotsky	900,00
A Revolução Traída - Leon Trotsky	1.350,00
Programa de Transição - Leon Trotsky	900,00
Lições de Outubro - Leon Trotsky	750,00

Pedidos para a Editora Aparte Ltda.

São Paulo Casa da Mulher do Grajaú

Mais um passo na
construção do Movimento de Mulheres.

Por Tereza Verardo



Em 1980 cerca de 20 mulheres se reuniam numa acanhada sala cedida pelo PT da região para fazer um curso sobre saúde da mulher, ministrado pelo grupo Sexualidade e Política.

Eram mulheres envergonhadas que olhavam os desenhos e slides sobre o corpo humano de soslaio e assistiam o curso de cabeça baixa.

O curso durou 3 meses, e nesse tempo elas foram aprendendo a falar de si, de seu corpo, de suas inibições, de suas relações, de seus problemas particulares, das dificuldades de enfrentar a vida, das carências do bairro, da vontade de participação.

Nesse processo, as descobertas foram muitas, e entre várias do mesmo nível de importância citamos a percepção de que o corpo não era um fardo a ser carregado, mas principalmente um instrumento inesgotável de prazer, e aqui não estamos reduzindo ao prazer sexual, mas a sensação agradável de descoberta do próprio corpo, de aceitação e de curtição. Cuidá-lo deixou de ser apenas para o outro, mas para si própria.

O curso acabou, mas o grupo continuou reunido. A princípio sem saber exatamente porque, mas com vontade de ficar junto de pessoas com as quais não precisava mais ter vergonha de falar, porque eram entendidas e aceitas com todas as suas limitações pessoais.

Esses papos todos desembocaram numa participação, a princípio muito tímida, mas atualmente decidida e consciente, das mulheres nas lutas e reivindicações locais. Basta conferir a atuação dessas mulheres na luta por creches diretas, onde foi conseguida a construção de uma creche pela prefeitura num terreno

até então improdutivo, que abriga hoje dezenas de crianças e que se tornou uma creche modelo para a região. A presença nas lutas por melhores transportes, que resultou no recente confronto entre moradores e a direção da Viação Bola Branca. A luta pela moradia, que se desenvolve atualmente entre moradores, prefeitura e donos de terras. A luta contra os inúmeros atropelamentos de crianças provocados pela absoluta falta de sinalização e segurança na Estrada do Bororé, que resultou na instalação de semáforos e obstáculos pelo DSV.

Dessa participação, que nasceu da vontade de se tornar um ser atuante na sociedade atual, como um indivíduo capaz de enfrentar o mundo com suas próprias forças, e não mais como parte de um casal, a "metade passiva" que olha a participação do marido com um misto de medo e inveja, surge a carência de um espaço para discussão e conscientização dessa individualidade apenas esboçada.

Essa necessidade será suprida agora com a inauguração da CASA DA MULHER DO GRAJAÚ, um espaço físico conquistado pelas próprias mulheres do bairro e que está sendo organizado de acordo com suas necessidades.

A CASA DA MULHER DO GRAJAÚ funcionará com cursos profissionalizantes e de alfabetização, cursos de sexualidade e informações sobre o corpo da mulher, ambulatório médico e ginecológico, cursos de ginástica, creche e, principalmente, como um espaço de discussão entre mulheres.

A CASA DA MULHER DO GRAJAÚ será inaugurada no próximo domingo 10.04 às 15hs e funcionará de 2ª a 6ª feira das 9 às 18 horas.

Taboão/SP

Centro Social sofre violência

A partir de um projeto federal de alguns anos atrás, criou-se nas regiões mais críticas de São Paulo os Centros Sociais Urbanos. Essas entidades tem o propósito de desenvolver o lazer, especialmente, através da prática de esporte e recreação. É, em última palavra, a filosofia de "onde não tem pão dá-se circo".

No Taboão da Serra, município da Grande São Paulo, o C.S.U. era administrado em 1981 e 82 por um indivíduo que via naquilo tudo

apenas a possibilidade de desviar verbas em proveito próprio. Para tanto, ele tentou seduzir a diretoria criada pelos moradores da região.

Em janeiro de 1982, pouco tempo depois da recusa da diretoria em compactuar com as intenções do administrador municipal, o presidente da entidade, Severino Godoy é covardemente baleado durante uma festa no local.

Abriu-se inquérito jurídico na

Minas/Movimento Estudantil As perspectivas para 83

Um balanço da situação do ME no estado e os novos passos que o movimento precisa dar para sair do refluxo que vem vivendo desde o ano passado.

Por Américo Antunes.

A crise e o refluxo por que passa a luta dos estudantes em todo o país, bateu forte em Minas Gerais. O ano passado, praticamente, ficou reduzido em nosso estado, às eleições da UEE, às eleições parlamentares. Salvo, evidentemente, a greve dos bandejeiros.

Bateu forte, sem dúvida, pela importância do movimento estudantil mineiro em todo o processo de retomada das lutas desde 77. Na reorganização da UNE em 79, na oposição à diretoria conciliadora e burocrática da entidade nacional, desde então. Assim, as derrotas do movimento contra a política educacional da ditadura (Minas foi o estado onde mais houve greves e boicotes entre 80 e 82). Os efeitos da "Abertura", o isolamento social e o sindicalismo da prática das entidades, nas Minas Gerais, levou o movimento a sua completa desorganização e dispersão de forças.

A União Estadual dos estudantes

Vitoriosa por mais de 10 mil votos sobre as outras chapas nas eleições passadas, TRAVESSIA, contou em sua gestão com dois grandes problemas — a oposição traduzida em boicotes, sistemáticos dos maiores DCEs do estado (alinhados com a diretoria da UNE), e a dificuldade objetiva de se realizar como uma alternativa neste quadro de refluxo e crise do movimento. Em todos Conselhos de Entidades de Base não houve quórum. Financeiramente, a entidade foi estrangulada (o diretor da UNE chega a passar "carteiras" paralelamente à UEE).

Preparando o Congresso da entidade, a UEE lançou no início das aulas uma Campanha pelo seu reconhecimento e pelas reivindicações estudantis, junto ao novo Governo do Estado. O último CEB, transformado em reunião de 15 entidades com a diretoria da UEE, marcou a data do Congresso para os dias 6, 7 e 8 de maio. A proposta é realizar um Congresso de Massas, com Seminários, debates, rompendo o cerco da burocratização das

instâncias do movimento, convidando inclusive, representantes do governo estadual para discutir as reivindicações.

Eleições para o DCE-UCMG

É nesta universidade, onde o movimento tem demonstrado maior fôlego. Após uma gestão desastrosa dos reformistas no DCE, entretanto, o movimento consegue algum nível de articulação. O dia 22 de março foi preparado com discussões em sala, e a "queima" do Delfim e da Ester Figueiredo em manifestações no campus.

As eleições do DCE estão marcadas para os dias 13 e 14 de abril. A entidade chamou uma Convenção unitária que reuniu 200 ativistas do movimento, onde foram formadas as articulações, avaliada a gestão, discutido as propostas de programa. Surgem duas chapas. Uma da atual diretoria, e outra da Oposição, reunindo a maioria das diretorias de DAs. As chances são muito favoráveis para a oposição.

Eleições para o DCE-UFMG

Também marcada para os dias 13 e 14 de abril, o processo eleitoral porém, se deu num quadro muito confuso.

O movimento começa a se recuperar, entretanto, se encontra completamente disperso nas escolas. Nisto a diretoria do DCE leva muita vantagem, apesar de todo seu desgaste, já tendo sua chapa pronta. A oposição se dividiu em duas

articulações. Uma primeira, formada a partir dos setores "independentistas". Uma segunda, formada por apoiadores deste Jornal, de o Trabalho e petistas independentes. A proposta básica desta segunda articulação seria realizar um processo aberto e unitário da oposição, o que não foi aceito pelos "independentistas". A probabilidade é, portanto, de surgir 3 chapas para o DCE.

Fato importante, é que os estudantes petistas já começam a se organizar na Federal. O dia 22 de março, por exemplo, foi convocado pelos petistas.

Eleições no estado

Em Uberlândia, os reformistas foram vitoriosos (80 votos de diferença) nas eleições para o DCE contra uma chapa que envolvia os petistas da Universidade. Em Juiz de Fora, as eleições para o DCE estão marcadas para o final de abril. Os petistas têm enormes chances contra os reformistas. Aliás, este é o único local do estado onde existem remanescentes do HP.

Finalmente, após os processos eleitorais, petistas de JF e da UFMG defendem a realização de um Encontro Estadual para definir as linhas do partido para o setor. Compreendido já, por grande parte da vanguarda estudantil petista do estado, a construção de um partido interventor e organizado em núcleos, parece ser a alternativa de direção para a luta estudantil, contra o avanço das propostas de conciliação dos reformistas.

1.º encontro nacional dos servidores federais

Neste ano a situação do funcionalismo chegou ao escárnio; o governo "concedeu" um reajuste de 82% em duas parcelas separadas por 6 meses (um falso reajuste semestral): uma parcela de 40% e outra de 30%, quando havia a necessidade (para recuperação do poder de compra) de um reajuste de 147% em janeiro de 83. Diante deste fato, começou a surgir a necessidade de realização de um encontro onde estes problemas fossem levantados e se buscasse, dentro de um contexto unitário, caminhos para sua solução. No Congresso da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (ANDES) foi aprovada a realização deste encontro (ver ET 166). Houve uma reunião no Rio de Janeiro em 26 de fevereiro, que contou com a participação de cerca de 50 entidades e 10 estados presentes. Nesta reunião foi convocado o I Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais, realizado nos dias 26 e 27 de março passado em Brasília. O encontro constituiu-se como um momento histórico na luta dos servido-

res. Com a presença de aproximadamente 120 delegados representando 74 entidades locais e mais 7 nacionais os trabalhadores visavam discutir o movimento do funcionalismo, traçar uma plataforma de reivindicações (centrada basicamente em reajuste de 70% em maio, reajuste semestral a partir de novembro, com base no INPC; direito à sindicalização, etc) e encaminhamentos para a luta. Estas reivindicações serão rerepresentadas ao governo (já que constitui-se basicamente a pauta que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil — que participou do encontro como observadora — entregou ao governo e teve resposta negativa no dia 10 de março), estão marcadas datas de mobilização e a data limite para resposta é o dia 30 de abril. O encontro também tirou uma indicativa de greve geral da categoria, a ser apreciada pelas assembleias, em caso de negativa do governo. A data de deflagração (também indicativa) seria o 13 de maio. (Américo Bernardes)

Reagan e a "guerra nas estrelas"

O governo americano planeja instalar baterias de raios laser em órbita. O delírio belicoso do imperialismo ianque cria condições mais favoráveis para a utilização das armas nucleares. Na Europa centenas de milhares de manifestantes protestam contra a corrida armamentista e a instalação de novas armas em seus países.

O aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e as importantes lutas e vitórias anti-imperialistas dos últimos anos encontraram uma resposta na eleição de Reagan e na recente escalada militarista do imperialismo ianque. O governo americano tem veiculado um discurso cada vez mais agressivo contra cada elemento do planeta que se opõe a burguesia imperialista, do movimento operário ao estado soviético, procurando superar a "síndrome do Vietnã" e conter a corrosão do sistema de dominação imperialista.

Da tentativa fracassada de boicotar a participação das empresas européias na construção do gasoduto transiberiano, passando pelo esmagamento militar do povo palestino até a ofensiva contra a revolução centro-americana, uma crescente belicosidade tem marcado a administração Reagan.

Combatendo para que a Câmara dos Deputados, controlada pelos democratas, aprove um orçamento governamental para o ano fiscal de 1984 que prevê um crescimento de 10% das despesas militares e um déficit de 188 bilhões de dólares, Reagan tem a cada semana brindado sua "platéia" com novas surpresas, visando combater a "subversão" em todo o mundo e sua pretensa causa, a "ameaça soviética". "Os soviéticos são o centro do mal no mundo moderno", afirmou Reagan na televisão americana no início de março.

Reagan tentou, num primeiro momento, impor em vão a "opção zero" nas negociações sobre armamento nuclear com a URSS, que significaria unicamente o desmantelamento de 613 mísseis soviéticos instalados na Europa Oriental, em troca da não instalação de novos armamentos nucleares americanos (os mísseis Pershing II e os Cruise). Esta proposta foi considerada absurda pelos próprios governos capitalistas da Europa.

Em 23 de março, falando em rede nacional de televisão, o presidente americano tornou pública sua última idéia, a instalação de baterias de raio laser em satélites orbitando o planeta, que abateriam os mísseis intercontinentais lançados contra os EUA, antes que eles atingissem seus alvos.

Esta proposta, se concretizada, rompe com o acordo SALT I, firmado em 1972 com os soviéticos, que proíbe o desenvolvimento de sistemas de interceptação dos mísseis intercontinentais (os AMB). Sua divulgação pode indicar uma importante alteração da doutrina de "destruição mútua", de "equilíbrio do terror" que até agora impediu a utilização das armas nucleares. Esta proposta procura difundir a idéia de que é possível travar, sobreviver e ganhar uma guerra nuclear pela criação de uma arma superior a do adversário. É uma síntese dos delírios dos setores mais reacionários da burguesia americana.

Como afirma Ernest Mandel, "o que assistimos periodicamente é uma chantagem nuclear que tende a modificar marginalmente a relação de forças dentro do "equilíbrio do terror", não a uma tentativa suicida de utilizar

'Os soviéticos pregam a supremacia do estado... e predizem a sua eventual dominação sobre todos os povos da terra — eles são o centro do mal no mundo moderno.'

'A América Central é muito próxima e o risco estratégico muito alto para nós podermos ignorar o perigo da tomada do poder por governos com estreitos laços ideológicos e militares com a União Soviética.'

as armas nucleares para reintroduzir o capitalismo no Este ou para modificar a relação de forças em escala mundial entre todas as forças imperialistas, de um lado, e o conjunto das forças não capitalistas por outro". A isto se acresce que "o que diferencia a atual retomada da corrida nuclear das dos anos cinquenta e sessenta é que corresponde mais a uma necessidade intrínseca da economia imperialista, vinculada a degradação a longo prazo da situação econômica do capitalismo... A produção de armas se converte cada vez mais no mercado de substituição por excelência, que relança a acumulação de capital". (A ameaça de guerra e a luta pela paz. Em Tempo n.º 165)

Mas as tentativas de introduzir na corrida armamentista sistemas bélicos que facilitem a utilização destas armas para ganhar uma guerra nuclear tornam este quadro muito mais perigoso, aumentando as tensões políticas e, caso eles sejam fabricados, o risco de sua utilização.

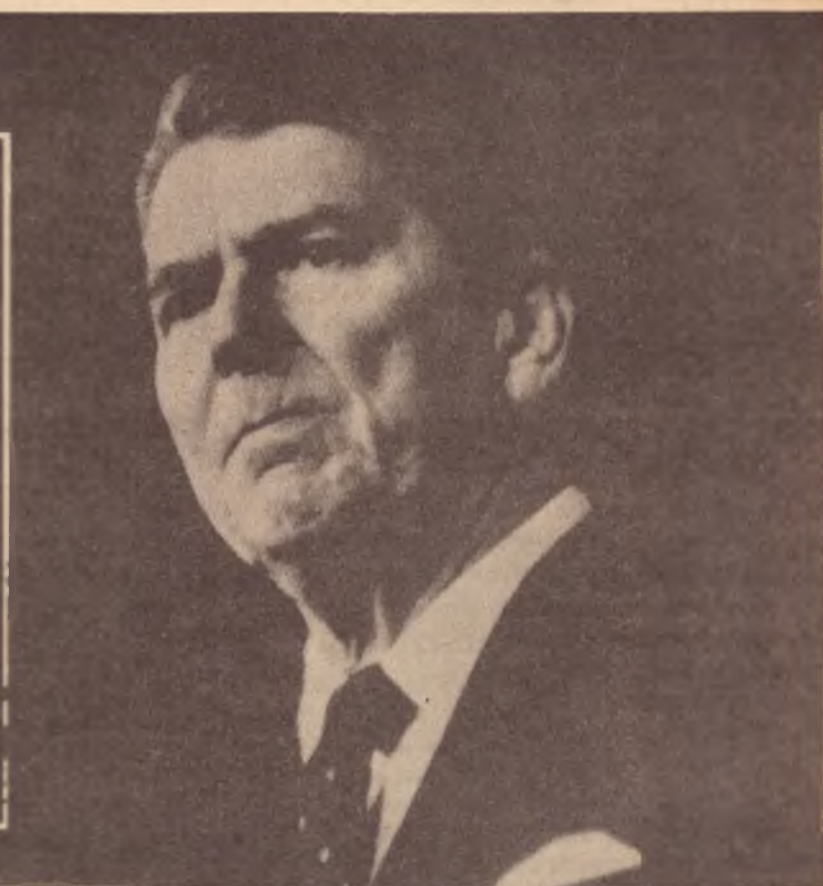
O movimento pacifista

Mas para que esta ameaça se viabilize, Reagan tem que superar vários obstáculos. Deve, em primeiro lugar, enfrentar os crescentes déficits do orçamento governamental americano alimentado pela crise econômica e pelos gastos militares. Sua proposta deve se comprovar tecnicamente viável, o que muitos cientistas duvidam, pelo menos a curto e médio prazo. Tem, principalmente, que vencer um poderoso movimento anti-imperialista que ganha dimensões gigantescas nos principais países imperialistas.

Foi reagindo às pressões deste sentimento anti-militarista e principalmente contrário às armas nucleares que se generaliza nas massas trabalhadoras que os governos imperialistas europeus pressionaram a administração Reagan no sentido de formular (ainda que exclusivamente para efeitos publicitários) uma nova proposta, diferente da "opção zero", nas negociações com os soviéticos, chamada de "acordo interino" por alguns e de proposta de "1.º de abril" por outros. Ela foi imediatamente rejeitada pela burocracia soviética, através de uma entrevista coletiva de Andrei Gromiko.

E as mobilizações contra a corrida nuclear crescem de forma estrondosa. No fim de semana prolongado da Páscoa ocorreram protestos centralizados em escala internacional. Na Alemanha mais de 500 mil manifestantes participaram de atividades junto as bases militares americanas onde estão instaladas armas nucleares. Na Inglaterra entre 70 e 100 mil pessoas formaram uma cadeia humana de 22 quilômetros entre a fábrica de bombas atômicas de Burghfield e a base aérea de Greenham Common, onde serão instalados os mísseis Cruise.

Reagan tem pela frente ásperos enfrentamentos.



Guatemala

A oposição burguesa ameaça chamar uma "guerra santa"

Um dos países da América Central onde a luta de classes encontra-se num nível mais agudo é a Guatemala. Cinco grupos guerrilheiros agrupados na Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), dos quais os mais importantes são o Exército Guerrilheiro dos Pobres e as Forças Armadas Rebeldes, estão engajados na luta armada contra a sangrenta ditadura militar do general Ríos Montt. Além disso, a burguesia encontra-se muito fragmentada, contestando o ditador de plantão. O artigo do LATIN AMERICAN WEEKLY REPORT de 31 de março que publicamos descreve as disputas no interior da burguesia.

Os maiores partidos de oposição estão afirmando que o presidente Efraín Ríos Montt está destruindo os planos de retorno da Guatemala a ordem constitucional e está abertamente tramando um golpe. O presidente, que na semana passada expôs um vago e cauteloso plano para restaurar a democracia, respondeu que todos os golpistas serão fuzilados. Entretanto, ele tem pouco espaço para manobrar.

Um ano após ter tomado o poder, o presidente Ríos Montt levantou o estado de sítio e anunciou movimentos vacilantes em direção a eleições. Um tribunal eleitoral de cinco pessoas foi formado (em 30 de junho), junto com um novo registro eleitoral e uma nova legislação relativa aos partidos políticos.

Mas ele não fixou data para as futuras eleições; não há nenhuma evidência concreta no "pacote" para satisfazer a crescente impaciência e insatisfação dos partidos de oposição que apoiaram o golpe em março do ano passado. Os quatro partidos — o Movimento de Libertación Nacional (MLN), a Central Auténtica Nacionalista (CAN), o Partido Nacionalista Renovador (PNR) e os Democratas Cristãos — acusam Ríos Montt de trair os princípios originais do golpe e temem que ele pretenda se perpetuar no poder.

Embora os quatro partidos estejam atuando juntos na reivindicação de eleições imediatas, o MLN está liderando a campanha. O caudilho do partido Mario Sandoval Alarcón — cujo braço direito Leonel Sisniega Otero permanece no exílio desde uma frustrada tentativa de golpe no ano passado denunciou o plano de

democratização como uma "farsa" e avisou que "haverá sangue nas ruas" se Ríos Montt não convocar eleições.

O MLN, que se descreve como um partido católico, ameaça desencadear uma "guerra santa" e teme claramente que um partido evangelista (que os boatos dizem estar o presidente procurando criar) poderia minar sua própria base política entre a pequena burguesia dos ladinos. Vinicio Cerezo, o líder democrata cristão que em setembro acusou Ríos Montt de tentar estabelecer um "estado facista", também já tinha protestado.

A atitude do corpo de oficiais guatemaltecos não está clara. Os partidos de oposição tem alguns simpatizantes nas forças armadas — comenta-se que o coronel Francisco Gordillo e o general Horacio Maldonado Schaad estão trabalhando com o MLN — mas muitos oficiais desconfiam de todos os políticos civis. Isto é particularmente claro no conselho dos jovens oficiais. Além disso, as principais reivindicações da oposição — um retorno à "legitimidade" e um fim das cortes especiais — não encontram muito eco no corpo de oficiais.

Muita coisa dependerá de Washington, onde muitos especialistas estão aborrecidos com a deterioração da imagem de Ríos Montt. Os EUA estão preocupados com as limitações impostas a Ríos Montt por seus oficiais, mas inquietos com a ausência de tato político que demonstrou em vários acontecimentos recentes.

Após a morte de quatro funcionários da AID, Ríos Montt recusou-se a receber o embaixador americano, Frederick Chapin, argumentando estar muito ocupado. Também o golpe das recentes execuções inspirou confiança. Washington teme que futuras demonstrações de intransigência por Ríos Montt coloquem em perigo os planos de ajuda.

Os EUA ainda gostariam de ver um moderado no cargo; poderiam ver no general Federico Fuentes Corado, atualmente na direção do Comitê de Reconstrução Nacional, um líder muito mais efetivo.

Os EUA dificilmente se associariam com um golpe do MLN; laços estreitos com o partido da "violência organizada" não teriam boas repercussões no Congresso. Entretanto, se o MLN pudesse se apresentar como parte de uma aliança mais ampla, que integrasse por exemplo os democratas cristãos, tais objeções poderiam ser ultrapassadas.

América Central

As iniciativas da contra-revolução.

A invasão da Nicarágua por 1.500 antigos integrantes da Guarda Nacional somozista abre uma nova etapa na agressão imperialista a revolução centro-americana. Em El Salvador os guerrilheiros obtêm novas vitórias.

José Leite

Reagan está tentando obter do Congresso americano a liberação de uma verba de 110 milhões de dólares de ajuda militar para El Salvador, quatro vezes mais do que o inicialmente previsto para 1983, o que significa 16 mil dólares para cada um dos 7 mil guerrilheiros que lutam contra a ditadura militar naquele país. A opção pelo esmagamento militar de todo o movimento de massas nas bordas da "fronteira americana", como consideram os estrategistas do Pentágono, está cada vez mais clara.

Jeanne Kirkpatrick, chefe da delegação americana nas Nações Unidas, expressa com toda consciência esta política: "se nós consideramos que devemos nos bater pelo Golfo Pérsico, de onde vem o petróleo, nós devemos, com muito mais razão, nos batermos pelo Golfo do México, onde passa a metade de nossos transportes marítimos e mais em caso de guerra. Nós guerreamos durante dez anos no Vietnã para resistir ao comunismo, a quinze mil quilômetros de nosso território. Desta vez o comunismo está a nossa porta. San Salvador está mais próximo de Washington do que Los Angeles. Justamente porque é perto, nós podemos ganhar sem termos que nos jogar diretamente na guerra, como no Vietnã. O comunismo penetrou em Salvador por causa da fraqueza de Carter. Nós não o deixaremos avançar mais."

Para dar consequência a suas decisões, a administração Reagan tem dois pró-consules na região, conduzindo cada vez mais diretamente duas guerras. Em Honduras, o embaixador John Negroponte está encarregado de gerir a fortaleza contra-revolucionária em que os americanos transformaram o país, bloqueando todas as rotas que conduzem a El Salvador e pelas quais fluía boa parte da ajuda aos guerrilheiros deste país. Um gigantesco radar acaba de ser instalado para controlar os vôos da Nicarágua para El Salvador. No mar, no Golfo de Fonseca, navios de guerra americanos patrulham a região, tentando deter a ajuda que chega por navio.

Mas a tarefa central de Negroponte parece ser outra. Como afirmou um importante oficial americano, os sandinistas podem ser vistos por seus vizinhos como vencedores ou perdedores. "Se os esquerdistas vencerem em El Salvador, com a ajuda da Nicarágua, há o perigo que outros percebam a inevitabilidade da vitória da esquerda na América Central. Mas se os próprios sandinistas estão lutando para sobreviver, então a pressão será sobre eles."

A organização da contra-revolução

O último número da revista Times publicou no mesmo momento em que os nicaraguenses denunciavam nas Nações Unidas o envolvimento americano nos recentes ataques dos contra-revolucionários ao país e os americanos negavam uma reportagem explicando como se dá o envolvimento dos americanos com os contra-revolucionários, principalmente com a Força Democrática Nicaraguense, formada por antigos integrantes da Guarda Nacional de Somoza. Nicaraguense formada por antigos integrantes da Guarda Nacional de Somoza. "Na cabeça da FDN há um comitê de coordenação política integrado principalmente por nicaraguenses conservadores e moderados que saíram de seu país durante os três anos do regime sandinista. Também inclui o coronel Enrique Bermúdez Varela, um antigo membro da Guarda Nacional de Somoza que era adido militar de



seu país em Washington até os sandinistas tomarem o poder.

Por detrás do comitê coordenador dizem existirem três assessorias militares que dirigem a atual campanha da guerrilha (contra-revolucionária). A primeira, que é composta de antigos oficiais da Guarda Nacional, foi expurgada de seus elementos mais brutais dos dias do regime Somoza — por imposição da CIA. A segunda assessoria é composta por membros do exército hondurenho, o coronel Bermúdez e um representante militar da Argentina, um país que também está profundamente envolvido no treinamento e equipagem dos contra-revolucionários. De acordo com a FDN um membro chave deste segundo grupo é um homem conhecido como Carlos, que é o chefe da estação da CIA em Tegucigalpa, capital de Honduras.

A terceira assessoria é, segundo relata a FDN, um corpo exclusivamente americano. É composto por especialistas da CIA e representantes do Comando Sul do exército americano, baseado no Panamá. Este terceiro grupo é o cérebro dos insurretos. Sua tarefa é dirigir o segundo grupo, que por sua vez relaciona-se com os comandantes contrarevolucionários. O coordenador das atividades dos grupos de comando separados é, segundo as fontes da FDN, John Negroponte, embaixador americano em Honduras. Diz um diplomata ocidental: "Sua tarefa é manter os hondurenhos no jogo. Ele a cumpre de forma 'nusiástica'".

A oposição aos sandinistas inclui, além da FDN, a União Democrática Nicaraguense Forças Armadas de Resistência Nacional (UDN/FARN), baseadas na Costa Rica e lideradas por Fernando Chamorro Rapaicilli. Este grupo está hoje coordenando sua atuação com a FDN e afirmam ter infiltrado 600 guerrilheiros na Nicarágua nos últimos oito meses.

Entretanto a UDN/FARN rompeu seus laços com a Aliança Revolucionária Democrática (ARDE) cujos líderes, Alfonso Robelo e Eden Pastora, opõem-se a qualquer colaboração com as forças somozistas. Os líderes da ARDE ainda parecem basear a sua estratégia na possibilidade de deserção dos soldados sandinistas, uma esperança aparentemente baseada no carisma de Pastora.

A invasão

A força da FDN que penetrou há duas semanas na Nicarágua, aparentemente lançada de paraquedas, está concentrando as suas atividades nos departamentos de Nova Segóvia, Matagalpa e Jinotega. É aparentemente integrada por 1500 homens equipados com rifles M-16, metralhadoras M-60 e morteiros de 60mm e 81mm, equipamento muito superior ao que dispõem os soldados sandinistas. Mas o apoio popular ao governo está fazendo com que o único tipo de ação que

estas forças possam desenvolver sejam ações de emboscada contra os sandinistas. As guerrilhas contra-revolucionárias parecem ter agora se dividido em pequenas unidades, procurando fugir do cerco dos nicaraguenses. Mas, segundo porta-vozes da FSLN, mais 2 mil contra-revolucionários permanecem em Honduras e mobilizam-se para penetrar no país pelo norte, em Zelaya.

Embora a situação esteja sob controle do ponto de vista militar e político, os sandinistas teme que o exército hondurenho possa envolver-se diretamente no conflito, provocando uma guerra entre os dois países.

A vietnamização de El Salvador

Em El Salvador, outro embaixador americano, Deane Hinton, está procurando dirigir, sem intermediários locais, a luta política e militar contra a guerrilha. Uma luta dura, segundo ele mesmo reconhece quando afirma que "levará uma geração ou mais para reconstruir a estrutura econômica, social e política".

Os oficiais americanos estão defendendo a execução, nos departamentos de San Vicente e Usulután, de operações semelhantes as desenvolvidas durante a guerra do Vietnã — sucessivas operações militares de limpeza da região de toda a atividade da guerrilha e posteriormente a sua "pacificação", através de um massivo programa de assistência econômica e social, com a re-distribuição de terras e a reconstrução da economia. (Um fixação permanente na região de minúsculas unidades especiais do exército).

Enquanto isso, a ofensiva que o exército desenvolve na região de Morazán esta resultando num grave revés para a ditadura. Pelo menos 67 soldados foram mortos em uma emboscada a duas colunas do batalhão Ramon Beloso, treinado nos EUA e especializado na luta anti-guerrilha. Está derrota teve um impacto tão grande sobre as forças armadas que ameaça provocar a queda do ministro da defesa, general José Guilherme Garcia.

Finalmente parecem ter sido superados os problemas políticos que dificultavam a unidade das forças guerrilheiras. Joaquim Villalobos, comandante do Exército Revolucionário do Povo, foi escolhido para dirigir a estrutura militar unificada. Por detrás desta escolha parece existir também um predomínio das posições políticas sustentadas pelo ERP, que defende uma combinação da ação guerrilheira no campo com ações de caráter insurrecional nas cidades, em contraposição a estratégia preconizada até agora pelas Forças Populares de Libertação (guerra popular prolongada).



Argentina

A greve geral e a reorganização sindical

A greve geral dos trabalhadores argentinos no último dia 28 foi um sucesso total. Paralisou o país de forma nunca antes vista e deixou a ditadura militar ainda mais isolada. Juan Robles, participante deste processo e impulsor de formação de uma corrente sindical classista, conta aqui como está o movimento operário argentino.

Por Júlio Tavares

Nos últimos dias os jornais brasileiros abriram espaço para dizer da greve geral realizada pelos trabalhadores argentinos. No entanto, não deram notícias de como os próprios trabalhadores viram esta greve, seu significado e os seus desdobramentos. Como foi a coisa?

A greve geral conseguiu o apoio de cerca de 85% dos trabalhadores argentinos. Mas esse dado, 85% do conjunto dos trabalhadores, não expressa todó o seu significado. Nos setores industriais de Buenos Aires, Córdoba, Rosário e Paraná esse índice foi muito maior, chegando até a 96%. A vontade de luta e de unidade assim assume toda sua importante dimensão. Essa última greve geral foi, inclusive, muito mais importante que as manifestações de 6 de dezembro passado. Não ficou restrita aos trabalhadores. Além da paralisação total das unidades fabris, houve paralisação dos transportes, serviços, grande parte do comércio, quase todos os cinemas, bares etc. Isso nunca se viu na Argentina. Enfim, a greve geral foi totalmente vitoriosa. Mas sua compreensão só é possível vendo-a como parte da reorganização sindical e de sua luta contra o plano econômico.

Além disso devemos considerar dois conflitos importantes que a antecederam o da Volkswagen e o dos metroviários.

Os patrões, na Volks, buscando se livrar dos ativistas, tentaram aproveitar de uma certa paralisia nas lutas que houve logo no início do ano, e despediram 175 companheiros. Houve então a reação dos trabalhadores e com isso uma greve. Ela se combinou com a dos metroviários, por aumento de salários, que deixou Buenos Aires durante 24 horas sem metrô.

— O que se coloca neste momento como política dos trabalhadores em relação à divisão da CGT ou CGT Brasil e CGT Azepardo?

— Uma das vitórias conseguidas foi justamente isso: a unidade dos trabalhadores. Foi colocar abertamente a necessidade dos trabalhadores lutarem pela sua unidade. A CGT Azepardo é mais conciliadora com o governo. A outra é tida como mais combativa. Mas, na realidade a divisão da CGT não tem verdadeiramente este significado, mas sim é um reflexo das divergências no seio do movimento peronista. Os trabalhadores têm uma profunda vontade de unidade. Essa greve geral é uma lição neste sentido, também. A força, a confiança dos trabalhadores foi tal que não se necessitou nem de piquetes e nem de nada do estilo para garantir da vitória da luta. A unidade das centrais sindicais é uma necessidade exigida pelos trabalhadores argentinos. Não unir as CGTs significa golpear os trabalhadores, significa ir contra toda a história dos trabalhadores, de suas lutas.

A experiência do PT é acompanhada por nós com grande interesse Buenos

— Nesse processo todo de luta sindical como se dá a organização dos trabalhadores pela base?

— A partir da Guerra das Malvinas começa um grande ascenso. Havia muita confusão política. No entanto ela não se expressa tão forte ao nível da reorganização sindical. E



Buenos Aires: 962 dos trabalhadores pararam

por que?! Porque o que os trabalhadores começam democraticamente a discutir por ocasião da Guerra das Malvinas e tanto a posição que se devia assumir em relação a ela como a incapacidade do governo militar de ter uma posição coerentemente anti-imperialista. Os trabalhadores desde o início sentiram desconfiança do governo. E ela se expressa desde a primeira concentração. Após a guerra se abriu um enorme espaço para todo militante da resistência, principalmente nos locais onde os trabalhadores tinham sido menos golpeados pela ditadura militar. Houve então um processo de reorganização pela base muito rápido, principalmente nestes setores.

Aires: 96% dos trabalhadores pararam

— Neste momento de reorganização sindical e de grandes lutas sindicais surgiu a chamada Mesa Coordenadora de Agrupações Sindicais de Base. Exatamente como surgiu e quais os seus objetivos?

— A Mesa Coordenadora de Agrupações Sindicais de Base surge como parte desse rico processo de reorganização sindical. Integra ativistas sindicais de distintos setores industriais e de classe média. Funciona na Casa do Trabalhador e une ativistas contra a burocracia sindical. Foi visto a necessidade de se formular um programa unitário e de se tentar a ação unitária. O programa surgido foi basicamente sindical: salário mínimo, contra o desemprego, solidariedade às lutas sindicais. Além de alguns pontos mais gerais, como contra o pagamento da dívida externa argentina, pelas liberdades democráticas, contra a censura, etc. Tendo essa base unitária se resolveu a publicação de um jornal. O Trabalhador.

— Neste momento a Ditadura Militar encontra-se isolada e fala em eleições. Existe toda uma preocupação política na sociedade. Diversos partidos já estão organizados e muitos estão com sua legalidade conquistada. Como vocês estão se preparando para este momento? Que saída política estão passando? A experiência brasileira do PT é tomada em conta?

— Neste momento a Mesa Coordenadora das Agrupações Sindicais de Base é apenas sindical. Existe, no entanto, uma discussão colocada neste nível mais político. A expe-

riência que os trabalhadores brasileiros estão fazendo com o PT é acompanhada por nós já que é uma das nossas preocupações encontrar os caminhos da independência política dos trabalhadores argentinos. Temos visto que existe muita semelhança nas preocupações sindicais e políticas entre nós e os companheiros que fazem o Partido dos Trabalhadores no Brasil. Neste momento, no entanto a nossa luta é apenas sindical.

— Você me falou antes da entrevista de uma carta que o companheiro Lula mandou para vocês no início deste ano. Qual foi exatamente sua importância?

— É verdade, no início deste ano o presidente do PT nos mandou uma carta. Ela foi lida por todos os dirigentes sindicais que estão na Coordenadora de Base. Teve um impacto muito grande e positivo. Lula colocava a necessidade dos trabalhadores argentinos construir uma organização política independente, uma organização, um partido de massas capaz de suplantir o peronismo. A repercussão das palavras do presidente do Partido dos Trabalhadores foi muito boa entre estes dirigentes combativos. Há uma admiração muito grande pelo PT e principalmente pelo seu dirigente máximo. O companheiro Alberto Fichinne, que é um dos mais importantes e combativos dirigentes sindicais da Argentina é um destes admiradores.

A carta do Lula deixou Pichinne muito feliz. A discussão sobre a construção de um partido de trabalhadores está pois colocada.

São Paulo:

Fundada Associação Cultural José Martí

Durante muitos anos Cuba foi um tabú. A contra-revolução vitoriosa no Brasil em 64 não só rompeu as relações com a filha revolucionária, como proibiu todas as referências à mesma. O imperialismo tentava destruir a revolução cubana usando todos os meios ao seu dispor: terrorismo, invasão e boicote. Os golpistas brasileiros, subservientes ao imperialismo acompanharam o boicote e, usando a grande inventiva que lhe é bem própria, proibiram qualquer menção à ilha.

Com o passar dos anos a política exterior brasileira foi se modificando. Vide posição em relação a Angola, Moçambique, Guiné e, mais recentemente, Malvinas, Nicarágua e OLP. No entanto, em relação a Cuba não sofreu mudanças, ainda refletindo os velhos tempos.

Ultimamente, vêm surgindo iniciativas pelo reatamento das relações diplomáticas entre os dois países. Uma delas foi a recente constituição da Associação Cultural José Martí, para levantar a discussão sobre "a

ilha da esperança" e divulgar seus livros, filmes, artes etc, no Brasil.

A Associação acaba de eleger sua nova diretoria, agora composta da seguinte forma: Fernando Peixoto, Chico Buarque, Fernando Morais, Eduardo Suplicy, Itoby Alves Correa Jr., Luzia Rodrigues, Aldo Lins e Silva, Katia Rubio, Beatriz Lefevre, Elza Lobo, Marco Aurélio Klein, Clara Sharf, Idibal Piveta e Edgar Carone.

O secretário geral da Associação, Itoby Alves Correa Jr., explica que "foi definido, como trabalho da Associação para este ano de 83, a realização de três atividades permanentes. Uma em torno de cursos, debates, conferências e palestras sobre diferentes aspectos da realidade cultural da América Latina. Outra, a instalação de um prêmio Associação Cultural José Martí, de cunho histórico-sociológico, sobre a independência de países da América Latina. E, por fim, o boletim Nossa América. Além disso a Associação propõe colocar-se de maneira clara ao lado dos movimentos de defesa dos processos de libertação em curso na América Latina: estamos desenvolvendo uma atividade de solidariedade com a revolução nicaraguense e de denúncia das ameaças que pairam sobre este processo; solidariedade para a consolidação do processo de revolução em Granada; e apoio a uma solução negociada da crise hoje vivida na República de El Salvador." (JT).



Capa do primeiro Boletim da Fundação José Martí